FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ABRIL DE 1996

# MESA-REDONDA SOBRE REFORMA DO ESTADO

CADERNOS EBAP
Nº 80

Rio de Janeiro - Brasil

BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
1665/96
11-10-96

AC. 44486
ID 77406

BB-00055048-3

**CADERNOS E B A P**

Publicação da ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração Pública.

**DIRETOR DA EBAP**
Armando S. Moreira da Cunha

**CHEFE DO CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA**
Fernando Guilherme Tenório

**EDITORA RESPONSÁVEL**
Deborah Moraes Zouain

**COMITÊ EDITORIAL**
Corpo docente da EBAP

**EDITORAÇÃO**
Grupo Editorial da EBAP

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

**CORRESPONDÊNCIA:**

CADERNOS EBAP
Praia de Botafogo, 190, sala 508
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22.253-900
Telefones: (021) 536-9145
551-8051

***Prezado Leitor,***

Faça já sua assinatura dos **CADERNOS EBAP** por R$12,00 e receba, ao longo do ano, seis exemplares. Você terá, sem dúvida, a oportunidade de refletir sobre importantes temas da administração pública brasileira.

*A Editora*

✂-----Corte aqui-----✂

*CADERNOS EBAP*

Escola Brasileira de Administração Pública

da Fundação Getulio Vargas

Departamento de Pesquisa e Publicações

Praia de Botafogo, 190, Sala 508

Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

22 253 - 900

*CADASTRO: CADERNOS EBAP*

Nome:.....

Instituição:.....

Endereço:.....

Cidade:.....

País:.....

Código postal:.....

Data:...../...../..... .....

Assinatura

✂-----Corte aqui-----✂

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

# REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
# - R A P -

*ASSINATURA DE REVISTA TÉCNICO-ACADÊMICA INDICA PROFISSIONALISMO*

VOCÊ TERÁ A OPORTUNIDADE DE LER IMPORTANTES MATÉRIAS SOBRE:

- *GESTÃO INTEGRADA DE PROGRAMAS PÚBLICOS*
- *POLÍTICAS PÚBLICAS: SAÚDE, SOCIAL, MEIO AMBIENTE ETC.*
- *PROCESSO DECISÓRIO*
- *GERÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS*

*VISITE A LIVRARIA DA FGV.*
*DISPOMOS DE NÚMEROS AVULSOS.*

INFORMAÇÕES E ASSINATURAS

*FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*
*- E B A P -*
*PRAIA DE BOTAFOGO, 190 - 5° ANDAR*
*TEL. 536-9145*
*551-8051*

# MESA-REDONDA SOBRE

# REFORMA DO ESTADO

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Antes de dar início à última sessão do nosso Curso de Sistema Político Brasileiro, queria agradecer, inicialmente, aos participantes, a Lúcia Hipólito, ao Pedro Celestino, ao Ronaldo Coutinho, que representa aqui o Secretário de Administração Estadual, e dizer que a EBAP, a Fundação Getúlio Vargas e particularmente nós, professores e alunos do Curso de Sistema Político Brasileiro, estamos muito felizes com a atenção deles de terem vindo coroar esse trabalho nosso, nessa última sessão do curso. Só para colocá-los a par, esse curso de sistema político foi introduzido recentemente na pós-graduação de Administração Pública e é o primeiro ano que está sendo dado no Mestrado. Nesse curso, nós estivemos trabalhando questões importantes como a construção do Estado Nacional, o projeto de industrialização por substituição de importações, o modelo corporativo, a evolução e crise desse modelo de representação e articulação de interesses, depois trabalhamos alguns atores políticos privilegiados - a burguesia industrial, os sindicalistas, os militares e a burocracia - e também questões relativas ao pacto federativo e ao sistema eleitoral e partidário. E chegamos, hoje, ao final desse curso, com uma série de indagações, todas elas, de certa forma, encaminham para essa temática da necessidade da reforma do Estado. Ou seja, durante todos esses últimos dias que nós temos trabalhado, lido, discutido, uma série de questões têm sido colocadas no sentido de que há um esgotamento do modelo de industrialização por substituição de

importações. Há uma necessidade de sua superação, parcialmente já realizada, mas ainda é necessário romper o resto do modelo corporativo, e institucionalizar a arquitetura institucional da democracia; além de outras questões ligadas à globalização dos mercados financeiros, às novas exigências do comércio internacional, ao novo paradigma tecnológico, ao modelo excludente de participação da população na distribuição da riqueza social. Tudo isso levando à questão fundamental, que parece um consenso nacional: a idéia de que o Estado precisa ser reformado. Talvez seja esse consenso que se esteja expressando na votação favorável às emendas governamentais para a reforma. No entanto, quando se aprofunda mais, buscando saber em que direção se dará essas reformas, tal consenso já não se manifesta da mesma forma, ou seja, começam a aparecer os pontos polêmicos que, esperamos, possam ser explorados nesta mesa, hoje. Predomina a idéia de que essas reformas devam levar em conta a necessidade de aumentar a competitividade para nos inserir na economia internacional de uma forma vantajosa, na divisão internacional do trabalho, no comércio internacional; por outro lado, há idéia de que é necessário aumentar a eficiência do aparelho estatal para que ele dê conta das funções públicas que lhe são atribuídas. Finalmente, busca-se a institucionalização de um sistema político democrático que possa absorver e congregar, de certa forma, amoldar e criar formas de transação entre os diferentes interesses em conflito, e representá-los melhor. Ou seja, essas idéias encaminham para a discussão de uma reforma econômica, de uma reforma administrativa e de uma reforma política. Para não tentar estender mais do que isso, pois acho que o proveito só vai ser ouvir as pessoas aqui, a questão que queríamos colocar desde já para os expositores é: quais são os critérios que devem orientar essa reforma do Estado, em cada uma das áreas, e em que medida

esse reforma pode aumentar a governabilidade, em que medida ela pode encaminhar para uma sociedade mais governável e um Estado com capacidade de exercer o seu poder. Então, vamos tratar os aspectos econômicos, administrativos e políticos da reforma, começando com o Dr. Pedro Celestino. O Pedro, além de meu amigo, é engenheiro e uma liderança para as pessoas que atuam na área de engenharia e de empresários, uma liderança expressiva em todo o movimento de luta pela democracia no país. Também participa de instituições não-governamentais como assessor do IBASE. E acho que ele tem uma excelente contribuição, do seu ponto de vista de empresário, do que podem ser essas reformas econômicas necessárias e em que medida elas podem ou não aumentar a governabilidade.

⇒ **Dr. Pedro Celestino** - Bom, preliminarmente, queria agradecer a gentileza da minha amiga Sônia de me permitir falar em uma casa de intelectuais. Eu sou um curioso. Como bem disse a Sônia, sou engenheiro, trabalho na engenharia, o que, a cada dia que passa, se torna mais difícil nesse país, por mais paradoxal que pareça. O tema proposto é muito vasto. O curso que vocês estão fazendo me entusiasma porque vejo que em algum lugar se discute ainda Brasil, se discute ainda o conceito de nação, se discute ainda algum conceito de Estado. A julgar pela avalanche propagandista que estamos todos submetidos nos últimos tempos, o Estado é desnecessário: o mercado se encarrega de resolver todos os problemas da sociedade. E nem quero ensinar Pai Nosso ao vigário para discutir conceito de Estado, discutir a relação do Estado com as classes, discutir a teoria do Estado, quero ser bem objetivo e me reportar ao moderno Estado brasileiro, ao Estado que nasceu com a Revolução de 30, ao Estado que, segundo as palavras do presidente da República, trata-se agora de enterrar: é o Estado que começou com a era

Vargas. O Brasil, em 1930, era um país em que o café e só o café comandava a economia. Toda a nossa relação com o mundo se passava por meio das divisas auferidas com a exportação do que era chamado à época de ouro verde. A crise de 29 provocou um estrangulamento cambial que levou à derrocada do regime que se sustentava nessa riqueza. Deu-se início, então, a um vigoroso processo de transformação da sociedade e do país e a construção do que veio a ser o moderno Estado brasileiro. O Estado investidor, o Estado que captava recursos internos e externos na montagem de uma infra-estrutura de serviços de utilidade pública que viabilizasse o desenvolvimento industrial e comercial do país. Esses são os pressupostos econômicos da transformação que se deu na Revolução de 30. Foi a partir de 30 que o Estado no Brasil começou a empreender. Até então havia empreendimentos privados, de origem estrangeira, em serviços de utilidade pública e que prestavam notável serviço ao país onde eram objeto de concessão. Eu digo das Docas do Rio de Janeiro, das Docas de Santos, eu digo do sistema de transporte do Rio de Janeiro, à época explorado, basicamente, pela Light, ela não era só uma concessionária de energia elétrica, mas era também concessionária de transportes, não só sob trilhos, como também o transporte de ônibus, e outras empresas estrangeiras concessionárias de transportes em capitais e em cidades brasileiras importantes. O serviço de esgoto, o serviço de gás, o serviço de água, em algumas cidades de maior porte, eram todos objeto de concessões a empresas de capital estrangeiro. De 30 para cá, o Estado começou a investir e a participar desse processo de oferta de serviço de utilidade pública à população, a partir de um conceito de que era necessário dotar o país de meios que pudessem fazer com que o seu mercado interno fosse explorado por brasileiros. Eu lembro que, em 30, até louça sanitária era importada.

Quem se der ao trabalho de ir ao Teatro Municipal, uma das jóias da nossa arquitetura clássica, vai reparar que as louças sanitárias são de origem inglesa; a telha era francesa, a telha, a cerâmica, era francesa. Esse nome, telha francesa, vem das telhas de Marselha, porque eram importadas, e não eram importadas só pelos ricos, pelos milionários, eram importadas para o uso de toda a população brasileira. Não se produzia nada nesse país. Esse Estado cresceu e, a partir da década de 50, houve um grande conflito político entre aqueles que advogavam um desenvolvimento capitalista autônomo e os que defendiam um desenvolvimento capitalista associado. Esse confronto foi vencido, do ponto de vista político, ainda na década de 50, por setores que patrocinavam a vinculação maior da economia brasileira ao capital internacional, e o Plano de Metas do presidente Juscelino expressou essa realidade, foi um plano de metas que apoiou basicamente os capitais europeus e japoneses. Foi aí que tivemos o nascimento da indústria automobilística brasileira, com a Volkswagen à frente, a indústria de construção naval, com a Verolme, holandesa, e a Skawagima, japonesa, e tivemos também grandes investimentos em infra-estrutura, em energia elétrica, na siderurgia, no sistema de transportes rodoviários, na modernização da nossa rede viária. Enfim, uma política agressiva do Estado no sentido de dotar nossa economia de condições de infra-estrutura para que pudesse se desenvolver. Evidente que isso não se deu sem grande polêmica, evidente que esse processo foi um processo muito arestado porque, ao final da guerra, o Brasil, embora vitorioso na guerra, saiu da guerra como absolutamente dependente da política norte-americana; e a posição do presidente Juscelino era de abertura para a Europa e para o Japão, o que colidia com a política americana então dominante, com o peso que os Estados Unidos tinham na nossa economia. Naquela época, os Estados

Unidos eram de longe o nosso maior parceiro comercial. Eram, indiscutivelmente, os nossos maiores compradores e os nossos maiores vendedores. De maneira que, da década de 50 para cá, tivemos, do ponto de vista da industrialização brasileira e da modernização da economia brasileira, um desenvolvimento associado, um desenvolvimento em que já não se identifica o que era propriamente nacional e o que era multinacional aqui instalado. Foi uma discussão que levou 10 anos, que se resolveu, pelas forças das armas, em 64, quando definitivamente se consolidou um modelo de desenvolvimento capitalista e associado. Esse modelo previa a construção de um Estado forte na infra-estrutura, de um setor multinacional forte, até porque esse setor multinacional já estava aqui enraizado desde o governo do presidente Juscelino, e um setor nacional da burguesia industrial que desde 30 vinha acumulando capital, com o patrocínio do Estado brasileiro. Esse foi o modelo que se estabeleceu e se consolidou a partir de 64. Como é que os serviços de utilidade pública, como é que a economia, a parte estatal, evoluiu ao longo desse período? Os serviços de utilidade pública, como eu disse, eram, até essa década de 50, início da década de 60, concedidos a empresas de capital estrangeiro. Desempenharam o seu papel, importante, mas mostraram, ao longo do tempo, que não tinham a visão nacional, não tinham a visão da integração nacional, não tinham a visão de criar um mercado nacional. A Light, por exemplo, era concessionária dos serviços de energia elétrica do Rio de Janeiro e de São Paulo: a energia do Rio era fornecida em 50 ciclos e a de São Paulo era fornecida em 60 ciclos, para impedir que os dois sistemas elétricos se interligassem. Isso não é da história de antanho, não, isso é de 30 anos atrás. Em 1964 é que foi feita a conversão da distribuição da energia do Rio de Janeiro para 60 ciclos, para possibilitar a integração do sistema elétrico do Rio de Janeiro com o de São Paulo.

Enquanto o Estado não investia em energia; o Estado investiu em energia pesadamente foi a partir do governo Juscelino, com a construção de Furnas, e a Light sentou em cima de todos os projetos de expansão da capacidade de geração de energia elétrica no Brasil. Em 1964, a Light era dona da concessão de telefonia do Rio de Janeiro e da telefonia de São Paulo, e toda a telefonia brasileira era privada, e nós não conseguíamos nos comunicar com São Paulo. A nova geração não sabe que há 30, para fala para São Paulo, tinha que se pedir a ligação às 8 para falar às 5 da tarde. Isso, evidentemente, que entravava o desenvolvimento econômico. O Estado então assumiu, a partir do colapso dessas concessões dadas a empresas estrangeiras, o papel de investidor principal em serviços de utilidade pública. Há uma grande rutura no Estado na década de 60, porque criou-se um setor moderno do Estado, consubstanciado nessas empresas estatais, que são todas da década de 60 ... Vá lá, a Petrobrás é de 54, mas ela deslanchou mesmo foi na década de 60. Até 64, 65, a Petrobrás engatinhava. Vou lembrar a vocês que uma das razões da deposição do Presidente J. Goulart foi ter estatizado Manguinhos e a refinaria de Capuava. As duas produziam, cada uma delas, 5 mil barris/dia. Ora, hoje, a Reduc produz 250 mil barris/dia. Evidentemente que uma refinaria de 5 mil barris/dia do lado de uma de 250 mil barris/dia não tem expressão econômica nenhuma. Mas em 64 tinha, porque a nossa capacidade de refino era muito baixa. Esse Estado moderno, já é o Estado em que nós vivemos, foi o Estado que possibilitou a integração nacional. Nós temos hoje um sistema de energia que é absolutamente interligado, de Xapuri, no Acre, ao Chuí, nós temos energia para toda sociedade; nós hoje temos condição de falar com qualquer município brasileiro. Por que? Porque houve um investimento maciço do Estado nesses setores. Como é que foi feito isso? Foi feito através da instituição da concessão do serviço de

utilidade pública a uma empresa pública. Ora, esse artifício que possibilitou a construção do Estado moderno brasileiro encerrava uma contradição, porque um serviço de utilidade pública concedido a uma empresa privada permite que essa empresa concessionária vá ao mercado, capte recursos e ofereça, em garantia para a captação desses recursos necessários ao investimento que vai produzir, a própria concessão. Do momento em que o Estado passou a ser ao mesmo tempo concedente e concessionário, como é que o Estado pode receber em garantia algo que já é dele? É o caso da Embratel, o caso da Light estatizada e o caso de todas as empresas de utilidade pública que passaram a ser ou de economia mista ou estatais mas, de qualquer jeito, com o controle acionário do Estado. Esse instituto, o instituto da hipoteca, o instituto desse tipo de garantia deixou de ter validade. O Estado, então, passou a dar como garantia aval do Tesouro, criando com isso uma dívida fiscal brutal. O Estado investiu muito, mas o Estado comprometeu sua receita futura, porque não tinha como sair dessa armadilha jurídica: a empresa concessionária, por ser estatal, não podia ser dada em garantia ao próprio Estado como poder concedente. Vida que segue, o Estado esgotou sua capacidade de investimento, circunstancialmente, e desembocamos nessa situação de crise, crise do Estado. Por que? Porque há uma demanda crescente por serviços de utilidade pública e há uma incapacidade virtual das empresas de utilidade pública, que são estatais, de atenderem a expansão da demanda. Solução proposta: vender as estatais. Discordo. A solução correta é permitir a iniciativa privada que volte a prestar serviços de utilidade pública, hoje monopolizados ou, virtualmente monopolizados pelo Estado. Mas não privatizar, porque privatizar significa esterilizar capital, quando o que nós precisamos é de novos investimentos. Se uma empresa se dispuser a investir

na ampliação do abastecimento d'água de Nova Iguaçu, será benvinda; se ela quiser investir no sistema de geração de energia elétrica no Brasil, será benvinda, porque hoje nós temos um setor estatal organizado, que é capaz de calcular tarifa de uma maneira correta, que tem como exercer o seu poder de fiscalização e pode favorecer a expansão privada. O diagnóstico da crise do Estado todos nós concordamos; a solução que vem sendo proposta pelo governo federal e, infelizmente, pelo Parlamento é que eu acho que é a solução ruinosa para o interesse nacional. Porque do jeito que está sendo desorganizado o setor público no Brasil, em nome dessa modernização, nós voltaremos a ter ilhas de prosperidade, nós voltaremos a ter sistemas que não falam entre si, porque o Estado tem condição de desenvolver uma política que seja nacional. A iniciativa privada, com toda razão - e eu falo como empresário - ela vai buscar investir onde houver condições de retorno do seu investimento. Se hoje nós temos telefone em Xapuri, no Acre, é porque alguém está pagando por esse telefone, e somos nós, que moramos nos grandes centros, porque não é viável ter telefone, pelo menos o telefone moderno, DDI, esse que nos permite falar com o mundo, numa localidade que tem mil assinantes. Não é viável. Só que, do ponto de vista nacional, é fundamental, do ponto de vista do interesse do mercado, é fundamental. E o que nós estamos assistindo é uma proposta de demolição do Estado. Em nome da globalização da economia, em nome do liberalismo se destróem todas as barreiras que caracterizam a existência do estado-nação. Nesse andar da carruagem, ficaremos com a bandeira como símbolo de nacionalidade, porque nem moeda mais nós temos. Eu quero lembrar aos senhores que enquanto aqui a ênfase se dá no sentido de demolir toda e qualquer barreira à penetração estrangeira, os Estados Unidos se engalfinham com o Japão numa guerra que só não vai às vias de fato porque

destrói os dois; mas está nos jornais de todo dia, os Estados Unidos impuseram 6 milhões de dólares de sanção às exportações japonesas porque o Japão resiste à abertura de seu mercado para produtos americanos. E é essa a regra no mundo inteiro. O que se está fazendo com a economia brasileira, em nome da abertura e da modernidade do Estado, é a destruição do mercado, é a destruição da economia. Estão nos transformando em uma nação de consumidores. As conseqüências sociais são previsíveis; é o agravamento da miséria, o agravamento da violência e a dissolução da nacionalidade. Porque, nesse andar da carruagem, logo logo, nós teremos aí movimentos separatistas, que estão pululando pelo resto do mundo. Eu vejo assim, dentro dessa linha da modernização do Estado, a necessidade de se resistir às propostas de destruição do patrimônio público. Vejo, por outro lado, a necessidade de enxugar o Estado em setores que o Estado não deveria ter entrado. Aliás, não entrou nunca como proposta. O Estado é dono do Hotel das Paineiras, o Estado é dono da Estrada de Ferro Corcovado. Mas por que é que ele é dono? Porque algum empresário privado pegou dinheiro e não pagou. Foi então para o patrimônio do Banco do Brasil. Por isso o Estado está quebrado, por isso o Estado é a viúva, porque o Estado não cobra. Imposto, como o próprio nome indica, só se paga porque é obrigado. E o Estado só cobra imposto de assalariado, porque é descontado em folha, não tem como sonegar. Agora, não há empresa nesse país, da gigantesca à micro, que não fabrique a sua declaração de imposto de renda. Querer que o Estado desempenhe as suas funções sociais sem ter uma política fiscal decente, não dá. Esse Estado, sim, tem que ser reformado: o Estado patrimonialista, esse Estado arcaico, esse Estado que politicamente é inepto. Os patronos da modernidade, do ponto de vista econômico, que são os políticos do PFL, são os coronéis da política nordestina, eles são os mais liberais do ponto de vista

da economia e são os mais atrasados do ponto de vista das reformas que são absolutamente indispensáveis para que esse Estado patrimonialista seja destruído. Essa reforma de fazer com que a máquina pública opere de uma maneira profissional, que não esteja vinculada às injunções políticas de conjuntura, essa é a reforma necessária do Estado. Viram vocês todos que na negociação das reformas a moeda de troca foi o cargo, a nomeação. E vocês vão ver muito mais na negociação da regulamentação dessas reformas. Porque é um Parlamento que não reflete a realidade da nação, é um Parlamento que não reflete a burguesia industrial, que não reflete a burguesia comercial, reflete donos de hospital, reflete a bancada ruralista, reflete algumas bancadas corporativas. Há, então, necessidade de se promover uma reforma radical, sim, no aparelho político que possibilite a institucionalização de uma democracia de mentira, que é a democracia para inglês ver, que é essa democracia que nós temos. Essa reforma é indispensável porque, quanto mais eleição nós temos, mais fraudada ela é. Isso está aí. A cada eleição, infelizmente, ao invés da redução da fraude, o aumento da fraude. Agora já dentro do Rio de Janeiro. Antigamente era Maranhão, Acre, Mato Grosso, mas agora é no próprio Rio de Janeiro. Pergunto a vocês: vai ser esse Parlamento constituído pelo que há de pior, porque é um Parlamento constituído por gente que não tem compromisso sequer com a região pela qual foi eleita, eu não digo nem com o país, esse Parlamento vai promover a reforma institucional necessária, a modernização do Estado, para que esse Estado possa operar de uma forma eficiente e cumprir a sua finalidade social? Duvido. Eu acho, então, e já me alonguei bastante, que nós, ao discutirmos a questão da reforma do Estado, devemos: 1 - preservar o Estado, enquanto agente econômico, nas atividades essenciais, nas atividades de infra-estrutura, atividades em que a iniciativa

privada não terá, não teve e não tem interesse de investir, a não ser naquilo que é filé mignon; 2 - o Estado tem que ter uma política industrial que favoreça a expansão da base industrial brasileira; o Estado tem que ter uma política de investimentos em infra-estrutura que possibilite a integração nacional, abrir à participação da iniciativa privada os serviços de utilidade pública até aqui monopolizados ou virtualmente monopolizados pelo Estado: é benvindo qualquer investimento, seja nacional ou estrangeiro, que reforce o nível de atendimento desses serviços de utilidade pública; 3 - do ponto de vista político, reformar o sistema eleitoral, e nós vamos ter oportunidade de ouvir a professora Lúcia Hipólito, reformar esse sistema eleitoral brasileiro que é um sistema de mentira, reformar as instituições políticas; do ponto de vista administrativo, fazer com que a máquina pública opere de uma maneira profissionalizada, sem a injunção do poder político. A Itália muda de Primeiro Ministro a cada três meses, desde 1945, do pós-guerra até aqui, já teve 54 ou 55 primeiros ministros, e tem época em que muda de 15 em 15 dias; o Primeiro Ministro e cada ministro têm o direito de levar secretária e chefe de gabinete, dois, funcionários, os demais são quadros da administração públicas nomeados em função, aí, sim, da conveniência do poder, da conveniência política. Mas não é possível funcionar qualquer tipo de organização, seja estatal, seja privada, com a dança de quadros que existe na administração pública brasileira. A Petrobrás, no governo Collor, em dois anos de mandato, teve sete presidentes. O governo Fernando Henrique está completando seis meses daqui a três dias, nomeou menos de 5% dos cargos de primeiro escalão nas empresas públicas. Depois, reclamam que os serviços estão entrando em colapso. Estão no poder há seis meses e não nomearam, por exemplo, diretoria da Telerj, que está uma porcaria: não tem diretoria, tudo interino! O

papel do interino é brigar para continuar. Ninguém faz nada, ninguém decide nada! Seis meses! Está lá o Comandante Braga como presidente interino da Telerj. E é toda a máquina pública paralisada em nome da reforma. Não pode, não dá para funcionar. A Petrobrás também está com diretoria provisória desde o início desse governo. Sendo que tem o agravante de ter acabado o mandato da diretoria em maio. Não se nomeia ninguém. Ora, não dá para funcionar, gente. Isso é reforma, impedir que o poder público seja exercido de uma maneira discricionária, ao mero alvedrio do príncipe, esse é o papel de uma reforma decente, de uma reforma que interesse à sociedade. Porque o poder do Executivo é de tal ordem, que ninguém pode obrigar o presidente da República a nomear. Eu coloquei aqui os dois extremos: o Collor, mudando todo dia, e o Fernando Henrique, que não coloca ninguém. Assim não há organização que funcione, seja pública, seja privada. São essas as considerações que eu gostaria de fazer para abrir a discussão da reforma do Estado. *(Aplausos)*

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Bom, com esse bom começo do Pedro, vamos passar ao seguinte palestrante que é o Prof. Ronaldo Coutinho, cientista social, que veio substituindo, na impossibilidade do comparecimento do secretário estadual de Administração. Como subsecretário e, fundamentalmente, como ex-professor do próprio secretário, ele veio aqui nos falar sobre os problemas mais específicos da reforma administrativa. Eu tive oportunidade de conhecê-lo recentemente, numa palestra do ministro Bresser, na qual o ministro construiu uma matriz teoricamente bastante interessante e ele descartou na sua matriz um dos quadradinhos virtuais, porém, segundo ele, não real, que era o patrimonialismo na administração; ele disse: bom, isso é uma coisa passada, não interessa mais, e seguiu com a matriz a partir de

como se desmontar a burocracia weberiana. Como o Pedro colocou que o patrimonialismo é que deve ser reformado, eu suponho que você vá tratar disso também.

⇒ **Prof. Ronaldo Coutinho** - Bom, em primeiro lugar, eu peço desculpa a vocês pela voz porque eu estou na iminência de fazer uma cirurgia de cordas vocais... Eu estava no elevador, acompanhado por essas pessoas cuja companhia me honra sobremaneira aqui na mesa e mais um outro companheiro nosso ali, e a discussão, a conversa que eles travavam, muito amistosamente, era em torno do gosto de ser intelectual ou executivo. Um velho dilema. E a professora Sônia dizia que ela queria ser intelectual, esse negócio de ser executivo, não. A professora Lúcia também. E o outro companheiro que estava ali disse: não, eu quero ser executivo, eu não quero uma história acadêmica. Isto me trouxe à memória uma situação que eu estou vivendo agora porque, durante 34 anos de atividade profissional, eu me dediquei ao magistério; a minha única ambição mais forte foi a de ser um bom professor. E as vítimas pedagógicas parece que não reclamaram, algumas até se destacaram, escrevendo livros, administrando lugares etc. Pelo menos, acho que consegui isso. E nunca me passou pela cabeça essa experiência de ser executivo, ainda mais na administração pública, quando a minha experiência anterior foi de dirigir departamento acadêmico, de coordenar curso de pós-graduação etc.. O resto, eu fiz uma trajetória comum, usual a nós todos, tipo experiência de mestrado, doutorado, livre docência, essas coisas assim, escrevendo artigo, coordenando projetos, discutindo aquelas coisas que nós circulamos entre poucos. Por outro lado, vejam vocês que essa situação pode se tornar um depoimento interessante, inclusive, eivado de coisas contraditórias, de preferência. Eu ainda sou o

resquício de uma espécie em extinção: eu sou um comunista. Dito isto assim, parece chocante, mas eu estou absolutamente convicto de que nós ainda devemos buscar um outro tipo de sociedade que não esta. E o que caiu com o muro foi a autocracia stalinista e suas derivações. Mas no momento, eu sou um comunista vivendo um momento em que parece que isso não pode ser aceito como hipótese. Todos temos que nos render à social democracia, em suas várias tipificações. Inclusive às caricaturas nativas da social democracia. Estou num momento em que o meu partido se descaracterizou historicamente, eu pertenço ao PPS mas, na verdade, ele era o Partido Comunista Brasileiro, que teve uma importante, fundamental participação na vida política brasileira, inclusive, pelo menos, no restabelecimento dessa democraciazinha que temos aí, mas é melhor do que a ditadurazinha que estava antes. E sou chamado para a administração pública, numa linha de discordância com o próprio governo federal. Por isso, eu começaria dizendo assim: a matriz do Dr. Bresser não é a minha, não. Eu acho que quando ele diz que o patrimonialismo é descartado, ele pode até dizer que ele quer descartar, eu até entenderia isso de uma maneira generosa, agora, penso que o colega que me antecedeu conseguiu, com eloqüência e brilho, destacar exatamente o inverso: patrimonialismo é isso que vicia esse Estado. Eu vou tentar aqui, dando um pano de fundo muito rápido, para não atravessar outros campos, trazer um depoimento dessa experiência que estamos vivendo há seis meses no governo Marcelo Alencar, em termos de proposta de reforma administrativa, tentando ser o mais útil possível aos senhores que estão fazendo esse curso, de resto, absolutamente importante e fundamental. Falar do Estado, hoje, quer dizer, primeiro, que nós temos alguns mitos que temos que discutir. Por exemplo, nós não podemos traduzir a questão do Estado reduzindo-a à questão do tamanho do Estado.

E isso foi muito difundido. O problema não é o tamanho do Estado. Se nós compararmos, por exemplo, por habitante adulto, o número de funcionários públicos, nós vamos ver que nós estamos em patamares proporcionalmente abaixo do tamanho dos quadros de serviço público em algumas sociedades do capitalismo avançado, por exemplo, Holanda, Grã-Bretanha, de certa forma, Alemanha Ocidental, o Japão. Eu tive oportunidade de assistir, dois meses atrás, a conferência do dirigente, no Japão, do que seria o nosso Ministério da Reforma Administrativa ou da Administração aqui, onde ele apresentou dados que mostram que o funcionalismo público japonês é bastante volumoso em relação ao tamanho da população. Então parece que a questão é outra. Deve-se discutir, sim, qual é a relação desse Estado com a sociedade e que tipo de prestação de serviço público o Estado faz à sociedade. Nós temos empregado muito palavras de uma maneira compulsiva, não é, nós temos esse "macaquismo" de sair por aí dizendo coisas que algumas pessoas elaboram e difundem e não paramos muito para refletir sobre essas coisas ou essas categorias, esses conceitos que trabalhamos. Modernidade, por exemplo, é uma. Modernidade é sinônimo de eficiência, modernidade é sinônimo de uma relação, digamos assim, postulada no sentido do neoliberalismo, e todo mundo que postule algo contrário a isso é antigo, é dinossauro. É a palavra da moda, dinossauro. Não sei se foi o Jurassic Park, alguma coisa assim, uma influência "spielberguiana", mas essas figuras da retórica política brasileira têm perturbado muito uma reflexão mais densa que nós devíamos fazer. E algumas dessas categorias devem ser submetidas a uma análise mais vigorosa. Por exemplo, corporativismo. É uma indagação que me ocorre: até que ponto você pode ter um capitalismo, uma formação social capitalista, sem o corporativismo, até que ponto o corporativismo não é algo inerente a

esse tipo de sociedade; ou ele é um fenômeno mais amplo? Certamente, ele não é um fenômeno tipicamente brasileiro. E às vezes ele é tratado como se fosse. Essa é uma questão que eu acho fundamental. Como é que a gente pode distinguir, por exemplo, aquela fronteira tênue entre legítima, fundamental e absolutamente indispensável defesa das condições de trabalho e de salário de várias categorias profissionais de uma visão que estreita essa defesa e a coloca como fundamental e acima de qualquer outro interesse público? Quer dizer, essa fronteira é tênue, ela não é tão fácil de ser delineada como muitos supõem. Há um mito também de que nós vivemos a época de uma "privatomania", a qual se contrapõe uma "privatofobia". É uma coisa complicada isso. E nesse momento, por exemplo, a gente pensa que privatizar é a solução para tudo. A gente não sabe nem o que a gente está falando com privatizar, às vezes, mas é a solução para tudo. Eu não vou discorrer sobre o que o Dr. Pedro já discorreu, vou tentar levantar outros pontos que complementem, presumo, essa ótima exposição que houve antes. Em relação à ponte Rio-Niterói, parece que se vai resolver tudo, porque ela foi privatizada; mas ela foi construída por um consórcio internacional, empresas privadas e testas-de-ferro brasileiros, foi permitido o seu uso sem acostamento, desafiando todo o mandamento legal, colocando em risco a vida de milhões e milhões de pessoas, durante muito tempo, e, de repente, toda as soluções já estão à vista; nós vamos privatizar, e é claro, começando pela cabine, o pagamento eletrônico do pedágio etc.. Nós vamos resolver todos os problemas da ponte privatizando. Como nós vamos resolver outros problemas, de outras áreas, privatizando. Como nós estamos querendo até privatizar quem está mais privado do que público no interior do Estado brasileiro: algumas partes da Vale do Rio Doce, por exemplo. Então, nós estamos complicando um pouco algumas coisas e, ao

mesmo tempo, a gente tem horror de ouvir falar de soluções outras como, por exemplo, terceirização. Isso é um dogma. Quem defende isso é privatista, é neoliberal, então, nós não podemos admitir isso, porque nós temos que defender e valorizar o serviço público. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Um problema concreto: na atual administração do Estado do Rio de Janeiro, nós temos uma frota de viaturas, e aí, quando eu estou falando frota de viaturas, imaginem o desdobramento disso, eu tenho que ter setores de manutenção, garagens, abastecimento, quadro de motoristas, de mecânicos, de vigilantes etc.. Então, até que ponto não seria mais racional, por exemplo, esse Estado ter apenas um quadro próprio de viaturas para áreas específicas, tipo saúde, tipo segurança, Corpo de Bombeiros, que nós precisamos de um tipo específico de viatura e também um tipo específico de profissional? Agora, talvez fosse muito mais barato ao Estado, ele acabar com essa frota geral acabar com isso e empregar esses recursos em áreas onde a carência de recursos é manifesta, como educação e saúde, onde a degradação salarial dos profissional é algo que envergonha quem lida com isso, como eu, por exemplo. Então, há um mito, um dogma, não se pode falar em terceirizar, porque isso significa abrir mão de uma série de coisas. Eu não sei, eu acho que está na hora da gente quebrar dogmas, está na hora da gente discutir coisas que a gente não tem discutido, talvez, com grau de propriedade. Por exemplo, nós falamos tanto na Federação, falamos nos debates, as reformas constitucionais visam a preservar a Federação. Até que ponto a Federação não é um mito nesse país? Ela existe de fato? Ela pode existir formalmente. Será que ela existe na realidade? Vamos pegar alguns exemplos aí. Nós estamos vendo as dificuldades para você operar o SUS. Essa dificuldade de você operacionalizar algo como o SUS, porque há uma distância entre uma proposta que teoricamente teria um alcance

fundamental e as possibilidades de você concretizar essas propostas, e parece que essas dificuldades apontam questões fundamentais sobre a própria existência da Federação. Uma outra coisa: a gente fala muito distinguindo a administração direta da indireta, na consideração da administração pública brasileira e dos problemas enfrentados pelo Estado e, logo, das propostas de reforma administrativa. Isso é uma inverdade. Do ponto de vista jurídico, isso é uma inverdade, do ponto de vista conceitual, sob qualquer aspecto que se lhe considere. Porque o que existe é administração pública. A administração indireta é uma forma, e aí eu entro por uma linha de discordância do ministro Bresser, quando ele aponta certas entidades fundacionais, que ele chama de organizações sociais, - e vem a história da universidade, no bojo disso, algumas formas artificiais de você criar entidades fundacionais, fundações de direito privado, no interior do âmbito do serviço público, o que é um artifício juridicamente complicado, para driblar determinadas imposições de ordem legal, de ordem constitucional. E por causa disso, nós criamos um tipo de administração diferente de outro tipo de administração, ambas convivendo no interior do Estado brasileiro. Nós temos empresas que não se presumem empresas públicas mas que são; nós temos órgãos de administração vinculada, de administração indireta, que se comportam como se empresas privadas fossem, sustentados inteiramente por recursos públicos. E nós temos uma administração direta espremida, esmagada e onde você tem a alocação do que há de mais ineficiente, onde você tem a alocação mais precária de recursos, onde você não tem a mesma intensidade de investimentos etc.. E me parece até que, de alguma maneira, os últimos governos que nós tivemos se preocuparam tanto em sucatear essa administração pública direta, só para provar que ela não é necessária, que ela não é a melhor forma. Lembra-me

um pouco aquela história que o Bernard Shaw falava dos racistas norte-americanos, que eles fizeram tudo, o tempo todo, para transformar os negros em engraxates, para depois dizer que eles só servem para engraxar sapatos. Algo parecido ocorre com a nossa administração pública. Bom, são apenas observações. E o último mito é o da governabilidade. Parece que a governabilidade seria algo preservado por meia dúzia de mudanças constitucionais ou algo a ser criado por decreto, ou uma ameaça muito séria, à falta disso, à estabilidade democrática. Governabilidade é um atributo de quem é governado, isto é, da sociedade. A gente tem que saber como se configura hoje, agora, a sociedade, e não usar isso como uma ameaça e uma chantagem, porque, no fundo, isso é uma chantagem, quando a gente fala: precisamos garantir a governabilidade, nós dizemos: precisamos evitar o golpe. Esse fantasma está presente ainda. Ele está presente, muito fortemente presente, e por isso se manipula esse tipo de coisa. Bom, mas essa é uma tipo de incursão que, naturalmente, em parte, foi feita pelo nosso companheiro e muito certamente será objeto das reflexões da professora Lúcia. Eu, muito modestamente, quero apenas indicar aos senhores algumas das concepções que têm norteado o nosso trabalho no atual governo do Estado. Eu estava dizendo para vocês, a vida inteira eu vivi dentro da academia, de repente, estou no meio da administração pública. Quando eu não estive dentro de uma ou de outra, eu estava no movimento sindical, onde sempre tive uma participação muito ativa, então, eu estou vivendo um outro lado da história e que me permite até, por enquanto, algum tipo de apreciação que considero válida enquanto um depoimento. E quero insistir numa coisa: algumas das opiniões que coloquei até agora não são necessariamente coincidentes com as opiniões sequer do secretário Augusto Werneck, ou do governador Marcelo Alencar, ou do governo a quem eu eventualmente sirvo, porque nós

temos, uma condição fundamental: eu disse que só aceitaria participar de um governo em que eu tivesse absolutamente liberdade de expressar e de discordar e de manifestar a minha posição, em qualquer circunstância. No dia em que isso me for negado, eu não estarei nele. Nós discutimos, nós temos pontos de vista muitas vezes antagônicos a respeito, por exemplo, da reforma do Estado. Eu acho que, antes de entrar propriamente nas propostas que são mais específicas do governo Marcelo Alencar, faria uma última observação: é sobre essa questão da reforma constitucional. Outro dia, ouvi uma opinião que dizia que a reforma estava sendo mal trabalhada, na medida em que as pessoas, em que a sociedade de um modo geral resistia em reconhecer a necessidade desse debate, na medida em que sempre era apresentada como uma tentativa de tirar algo das pessoas. Fundamentalmente para tirar: tirar a estabilidade, tirar o emprego, tirar uma série de coisa etc.. Não sei até que ponto isso é verdade mas, certamente, isso aponta na direção de uma questão que acho fundamental: o governo, ele próprio não teve convicção da importância estratégica dessas reformas que acha que agora são fundamentais. Por isso mesmo as apresentou de uma maneira politicamente equivocada, ou politicamente frágil. O governo não trabalhou politicamente para transformar o debate das reformas num debate mais amplo, mais consistente e politicamente mais significativo. Isso é uma convicção pessoal que tenho hoje. Bom, quanto às propostas do nosso governo. Na verdade, a nossa preocupação, e nós encontramos um governo que não só tem evidência de que houve uma profunda anorexia laborativa por parte do governo Brizola, como também encontramos, em alguns momentos, uma situação de bastante ilicitude, conjugada a um pouco de negligência etc.. Eu vou pegar alguns exemplos aqui de questões com que nós nos defrontamos. Nós temos uma máquina

que arrecada pouco porque trabalha mal e porque é mal constituída. Claro que não estou com isso querendo dizer que as pessoas que fazem parte da Secretaria de Fazenda, na arrecadação, sejam pessoas despreparadas ou inidôneas; eu estou dizendo que, em alguns setores da administração pública, temos um excesso de funcionários e, mais ainda, um excesso de servidores não qualificados. Porque emprego público virou realmente opção ao desemprego. Como as gratificações de chefia, os DAS, os famosos DAS, que viraram o complemento ridículo de um péssimo salário e, por isso, se abastardaram, se banalizaram e não permitiram em algum momento ao Estado utilizar esse tipo de incentivo para aumentar os índices de produtividade em alguns setores fundamentais, ou recrutar determinados profissionais, para enriquecer e colaborar para a melhoria significativa dos quadros da administração pública estadual etc.. Nós temos, por exemplo, um fato concreto, o IPERJ, que é o Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado, (IPASE) o Estado tem para com o IPERJ uma dívida impagável, hoje, de mais de dois bilhões de reais. Isso foi uma herança. Agora, notem bem, o Estado não poderia ter essa dívida com o IPERJ, o IPERJ não poderia estar nessa situação, por que? Porque todo mundo que trabalha no Estado vê no seu contracheque, mensalmente, o desconto da contribuição que é compulsoriamente feita ao IPERJ. E me lembra um pouco a questão da reforma da previdência. Parece que dizem que a Previdência está ruim porque as pessoas se aposentam, muitas pessoas se aposentam, pessoas demais se aposentam, pessoas até se aposentam muito moças. Eu não sei nem ... se é correta, do ponto de vista de uma definição universal, biológica, ou se a gente teria de teorizar um pouco essa definição, dizer: os meus 57 anos brasileiros talvez não sejam a mesma coisa que 57 anos holandeses ou ingleses ou alemães, ou japoneses. Sei lá. Por que? Porque eu

não posso pensar apenas nisso, eu tenho que pensar em que circunstâncias essa pessoa vive, trabalha, em que circunstâncias essa pessoa tem toda a sua personalidade, o seu organismo exigido ou não etc.. Agora, evidentemente que a questão da previdência é questão de gerência da Previdência.

O IPERJ, por exemplo, tem mais de 450 imóveis, dos quais no mínimo 328, pelo nosso levantamento inicial, sujeito a correções, podem ser alienados, alugados a preço vil. Tem muito imóvel alugado para empresa, para comércio, no Estado do Rio de Janeiro, imóveis pertencentes ao IPERJ. Alugados a 10 reais, com o aluguel atualizado, a 2 reais, a 2,40 etc.. Tem imóvel do IPERJ alugado para loja de bicho. Nós fizemos uma estimativa: alienando os imóveis alienáveis, em um mês, nós vamos repor metade da dívida que o Estado tem com o IPERJ. Ou seja, o IPERJ vai ter uma recuperação. Isso é um absurdo. O governador Marcelo Alencar deu uma diretriz muito clara, disse que nós tínhamos que profissionalizar e valorizar o servidor público. Isso parece pauta de discurso. É. É pauta de discurso sim. Agora, tem-se manifestado, enquanto vontade do governante, na orientação que ele imprime a sua secretaria encarregada disso, que é a nossa, e as modificações que ao longo do tempo nós pretendemos ir introduzindo, inclusive com o papel mais destacado que deve caber à FESP, Fundação Escola de Serviço Público. Nós não queremos que a FESP apenas dê cursos que sejam para profissionais do serviço público de um determinado nível, elementar ou apenas para uma elite do serviço público, nós queremos é vincular cursos a uma reestruturação total de planos de carreira, de sistema de plano de carreira. Nós trabalhamos no Estado até hoje com o sistema de plano de cargos e salários. Nós não trabalhamos com o sistema de plano de carreiras. Nós confundimos uma coisa com a outra. Agora, por exemplo, eu

participei ativamente, ao longo das negociações, com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), do Rio De Janeiro, completamente solidário com a situação absolutamente absurda, registre-se, da degradação salarial dos professores e profissionais de educação do Estado. Todavia, num determinado momento, o governo do Estado apresentou uma proposta que era ainda muito aquém do que deve ganhar um professor, diga-se, entretanto, muito superior a qualquer outra jamais apresentada; até porque ela acabava, em definitivo, com penduricalhos como sistema de abono, sistema de regências não incorporadas, ou seja, com aquilo que o administrador atribui mas pode tirar. Nós queremos trabalhar realmente com tudo representando vencimento. Mas o SEPE defendeu, de uma maneira arraigada, a manutenção de um plano de carreira que eles têm, do governo Moreira Franco, plano esse que consagra a existência de um monstrengo jurídico-pedagógico chamado o professor não docente, através da atribuição da regência. Ou seja, o sujeito é professor, mas ele tem que ganhar um xis para dar aula. E tem o professor, portanto, que é professor-professor e o outro que é só professor. Agora, não se podia discutir sequer a tabela que nós propusemos? Eu não estou dizendo que ela seja boa, hein. Por que? Porque se preservava a linealidade de 12% entre os nove níveis de carreira, e nós dizíamos que aquilo seria impossível de assegurar, com os recursos existentes. Notem bem, não é que o magistério ganhe bem, ele ganha muito mal, todavia, são 103.587 pessoas nessa folha de pagamento, então, qualquer aumento tem um impacto sério. Então, o que nós estamos organizando é o seguinte: atribuir níveis de percentuais maiores aos 4 primeiros níveis, justamente esse pessoal que se incorpora agora à carreira, níveis menores, 5 a 6%, entre os níveis 6, 7 e 8, onde tem a moda concentrada ali, e o nível maior, naqueles que já estão no último nível, para esse tipo de salário. Bom, nós não

pudemos sequer discutir isso. Por que? Porque não se podia tocar num determinado plano. Nós estamos tentando trabalhar com um sistema de plano de carreiras, então, estamos pegando informação de todo o país com isso, estamos tentando estudar uma proposição para a FESP, modificar a sua estrutura de cursos, melhorá-la, aperfeiçoá-la, inclusive dando-lhe uma força muito grande, e criar uma nova carreira, que é a de gestores públicos. Nós precisamos ter profissionais de outro tipo. Uma carreira que tenha um salário atraente, que não seja tão ampla, em termos de pessoas, mas que tenha um profissional com uma característica nova, que seja um profissional polivalente, que tenha uma formação superior, que tenha uma capacidade de gerenciamento, porque o Estado, na verdade, ele tem uma carência profunda de servidor qualificado. Em última análise, o que nós estamos tentando fazer, com um investimento mais fundo agora, é a informatização de toda a administração do Estado, acoplado a um processo de interiorização. Só para vocês terem uns dados, talvez lhes interessem, nós temos 82,8% do funcionalismo da administração direta concentrado na capital, aqui no Rio de Janeiro. Isso aí é um dado importante. Nós estamos agora tentando, através de quatro pólos regionais, em quatro regiões do Estado, fazer pólos da Secretaria de Administração onde o servidor receba treinamento, onde ele tenha atendimento no setor de saúde ocupacional, que deixe de ser apenas biometria, também tem programas especiais, tipo acompanhamento de aposentados, pré-aposentadoria, programa com idosos, programas de atenção materno-infantil, programas de medicina preventiva, campanhas, e o atendimento de todos os processos etc.. Inauguramos agora, dia 20, o terminal de um posto desses lá em Campos, que abrange todo o norte fluminense, que já possibilita de imediato que 15.800 servidores resolvam todos os seus processos, todos os seus encaminhamentos, todas as

questões naquela área de Campos, não precisam mais, como precisavam, vir ao Rio de Janeiro para isso. E nós estamos preocupados em inaugurar no Estado o contrato de gestão. O primeiro vai ser assinado hoje, com o PRODERJ. Nós queremos fazer disso uma regra. Queremos fazer ainda umas quatro experiências piloto, ainda no curso desse ano, e avaliá-las, até março do ano próximo, para saber que tipo de posição deve ou não ser feita para o conjunto da administração. Nós não estamos partindo de uma certeza dogmática, nós estamos querendo experimentar algo de que tanto se fala. Planos de gestão que incluem controle de qualidade. Enfim, fico à disposição, depois, para eventuais esclarecimentos e agradeço essa generosa atenção de vocês. *(Aplausos)*

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Agradeço ao professor Coutinho e passo a palavra à professora Lúcia Hipólito, que é historiadora, cientista político, articulista de *O Globo*, com vários trabalhos publicados na área de análise da política brasileira e também coordena o setor de treinamento da redação de *O Globo*. Várias bolas já foram passadas para você, acho que só lhe resta responder se essa sociedade é governável. *(Ri)*

⇒ **Profª Lúcia Hipólito** - Acho que é sim. Em primeiro lugar, quero agradecer muito à Sônia e a vocês porque é sempre muito agradável voltar aqui à Fundação Getúlio Vargas, onde eu, na verdade, me criei como pesquisadora, durante oito anos no CPDOC. Bom, depois de décadas de desconversa, parece que os políticos brasileiros despertaram, finalmente, para a necessidade de se discutir e reformar diversos aspectos do sistema político-eleitoral. Ao longo desse tempo, ficaram enredados num falso dilema da escolha entre sistema proporcional ou sistema distrital ou sistema misto. Na

verdade, esses políticos não percebiam, ou não queriam perceber, que as mazelas não pertencem à natureza do voto, mas a forma peculiar como ele é praticado no Brasil. Somente agora, quando os efeitos perversos de uma legislação muito permissiva, agravados ainda por 20 anos de ditadura, criaram essa geléia partidária que nós estamos assistimos, é que suas excelências parece que resolveram começar a prestar atenção naquilo que realmente é importante. Não há qualquer garantia de que as reformas vão ser realizadas, mas o fato de eles terem já se disposto a enfrentar o assunto e discutir é um belo avanço. Bom, vamos por partes. Primeiro, o sistema eleitoral. O voto distrital, como nós sabemos, é defendido por aqueles que entendem que uma eleição tem por objetivo identificar uma determinada maioria e conferir a esta maioria toda a representação de um distrito. Então, se por hipótese, num distrito, o partido majoritário obtiver 30% dos votos, ele leva 100% das cadeiras disputadas naquele distrito. É por isso que o voto distrital se chama voto majoritário. Já o voto proporcional, tem por objetivo transformar a força real dos partidos em cadeiras no Legislativo, quer dizer, conferindo um número de cadeiras proporcional ao número de votos obtidos pelo partido naquele determinado colégio eleitoral, por exemplo, naquele estado ou naquele município. Dessa forma, o que é que pretende o voto proporcional? Que as diferentes forças políticas e sociais de uma determinada sociedade estejam devidamente representadas no Legislativo. A adoção do voto proporcional corresponde, historicamente, ao avanço do sufrágio universal, quer dizer, quanto mais as sociedades foram alargando os limites do sufrágio, incorporando mais gente dentro do voto, foram migrando para o voto proporcional. Na Europa, por exemplo, de Portugal à Finlândia, se pratica o voto proporcional. Outro dia, eu quase tive um ataque apoplético quando vi aquele senhor Bóris Casoy dizer que o Brasil é o único

país do mundo que pratica o voto proporcional. Eu não sei em que mundo ele vive. As exceções européias, por exemplo, vão contemplar casos nacionais que são extremamente peculiares e irreproduzíveis em outros países. O caso da Inglaterra. A Inglaterra é uma sociedade fortemente autônoma, com uma tradição de autogoverno local muito grande; e uma sociedade, inclusive, que se consolidou antes da consolidação do estado nacional, portanto, ela nasceu bipartidária e nasceu distrital. Apesar disso, desde o final da Segunda Guerra, os políticos ingleses vêm discutindo a hipótese de migrar do sistema distrital para o sistema proporcional. Na França, o General De Gaulle, em 1958, tinha como objetivo específico quebrar a espinha dorsal da votação do Partido Comunista que crescia, segundo ele, alarmantemente, na França. Então ele transforma o sistema eleitoral francês proporcional em distrital. E para se ter uma idéia de como uma modificação no sistema eleitoral tem profundas conseqüências no sistema político de um país, a votação do Partido Comunista que crescia, segundo ele, alarmantemente, na França. Então ele transforma o sistema eleitoral francês proporcional em distrital. E para se ter uma idéia de como uma modificação no sistema eleitoral tem profundas conseqüências no sistema político de um país, a votação do Partido Comunista caiu de 56%, em 1956, para 16%, em 1958, depois da adoção do voto distrital. Em compensação, o partido gaulista subiu a sua votação de 4% para 20%, mas, tendo em vista, o voto distrital, a representação parlamentar pulou de 2% para 42%. Só com a modificação do sistema eleitoral. Quer dizer, não é brincadeira fazer engenharia institucional. Quando você muda o sistema eleitoral de um país, isso tem profundas conseqüências no sistema de governo e no sistema partidário. Finalmente, o famoso caso alemão, que se fala muito, porque político brasileiro é muito novidadeiro, não é, adora o

sistema eleitoral alemão etc.. O caso alemão é um caso feito em laboratório. Quando, no final da Segunda Guerra, se sentaram numa mesa os generais americanos, ingleses e franceses, que partilhavam a administração da então Alemanha Ocidental, juntaram-se a eles alguns cientistas políticos e produziram engenharia institucional pura, produziram um sistema eleitoral misto. Por isso é que a Alemanha não é exemplo para ninguém. Tratava-se ali não é de mudar o sistema eleitoral, tratava-se de reconstruir um país inteiro. O caso da Itália que, depois de um século de voto proporcional, aderiu recentemente ao sistema eleitoral misto, como uma tentativa de corrigir as graves distorções que havia no sistema político por décadas de corrupção continuada, promovida pela democracia cristã que dominava o país. Curiosamente, na primeira eleição sob o sistema eleitoral misto, os italianos levaram ao poder a coligação que apoiava o Silvio Berluscone, que era um arrivista político e que trouxe enormes prejuízos para o sistema político italiano. Terminou ele próprio envolvido em corrupção, e foi obrigado a renunciar. Quer dizer, isso é um exemplo claro de que sistema eleitoral não filtra caráter, ele filtra voto, e só isso. Assim como na administração, na proposta de reforma econômica do Estado etc., na proposta de reforma política há uma série de mitos, há uma série de falácias embutidas na argumentação em favor do voto distrital ou do voto misto. A primeira delas diz que o voto distrital inibe a influência do poder econômico nas eleições. Todo mundo já ouviu falar nisso, não é. Besteira. Como nós sabemos, a patifaria humana não tem limites. Ao contrário, com distritos eleitorais menores, fica muito mais fácil comprar o mandato, o mandato já vem empacotado e pronto. O que pode, talvez, inibir um pouco a influência do poder econômico nas eleições é a duração do tamanho dos mandatos. Os mandatos brasileiros são muito longos. Nós temos um mandato de

presidente da República, agora, de quatro anos, que é muito curto; em compensação, nós temos os mandatos legislativos muito longos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a maneira que se encontrou de diminuir a influência do poder econômico nas eleições foi fazer com que o deputado cumpra um mandato de dois anos e o senador cumpra o mandato de seis. Nós havemos de convir que poucas fortunas resistiriam à compra de mandatos em prazo tão curto. Segunda falácia: elogia maior proximidade entre o representante e o representado. Segunda besteira. Nas cidades médias e grandes, se nem o vereador se consegue fazer conhecido por todo seu eleitorado, que dirá o deputado, que será eleito por um distrito necessariamente maior. Além disso, o voto distrital, aprofunda muito o caráter provinciano e populista das câmaras. Quem ainda se lembrar do *impeachment* de Fernando Collor, os deputados declarando seus votos e elogiando o valoroso e heróico povo da comunidade, o grupo do Norte, vai ver que uma parte da Câmara dos Deputados brasileira já foi eleita de forma ligeiramente distritalizada. Não precisa engessar o resto. Já é uma grande Câmara de Vereadores. Aliás, o provincianismo e o populismo são o traço dominante da Câmara de Representantes americana, que é eleita por voto distrital. Por isso é que lá o Senado sempre teve mais importância. A terceira falácia afirma que as democracias avançadas praticam o voto distrital ou o voto misto. Terceira besteira. Além desses exemplos europeus que a gente já viu, existe voto distrital em democracia avançada e em democracia atrasada, existe voto proporcional em democracia que merece o nome e em democracia que envergonha o nome. Sistema eleitoral não é indicador de avanço democrático em lugar nenhum. Prefere-se um ou prefere-se outro. Finalmente um argumento que é precedente, que é o argumento da estabilidade. Realmente, um dos maiores problemas do voto proporcional é

a obtenção de maiorias estáveis no Legislativo. Os países que adotam o voto proporcional vêm realizando reformas no seu sistema proporcional, quer dizer, sem abrir mão do sistema, com o objetivo de conferir maior estabilidade ao sistema, sem abrir mão da maior virtude do sistema proporcional que é refletir as diferenciações existentes numa determinada sociedade. Por isso há governos estáveis com maioria obtida em voto distrital, como, por exemplo, a Inglaterra, os Estados Unidos, a Austrália etc.. Mas também há governos muito estáveis com voto proporcional, como a Suiça, a Suécia, a Noruega, Portugal, a Finlândia, e por aí vai. Ressalvadas as exceções do tipo o golpe do General De Gaulle, ou essa tentativa desesperada da Itália de melhorar o caráter das pessoas através da mudança do voto, que parece que foi alguma coisa que não deu certo, as mudanças no sistema eleitoral são produto de longa maturação política dos povos; são pequenas alterações que se vão fazendo muito lentamente, para que não se produza nenhum Frankestein institucional. É muito lento, são produtos da experiência dos povos que vão, aqui e ali, modificando determinados aspectos do sistema eleitoral, de modo a se poder conferir, no caso do voto proporcional, um pouco mais de estabilidade, no caso do voto distrital, um pouco mais de diferenciação. Não é o que acontece no Brasil. No Brasil, nós votamos da mesma maneira desde 1945, com a única exceção do voto vinculado, se lembram, da eleição de 1982. Como é que vota no Brasil? Voto proporcional simples, listas partidárias inteiramente abertas, permissão de coligações em eleições proporcionais e um mecanismo perverso de distribuição das sobras eleitorais. Essa combinação é explosiva porque, no limite, você pode votar, no Rio de Janeiro, no Roberto Campos e eleger a Jandira Feghali; você pode votar no Delfim Neto, em São Paulo, e eleger o José Genoíno. Só por esta combinação de distribuição de sobras, lista aberta e

o voto proporcional simples. Bom. Já que se está tentando, nessas discussões sobre reforma política, atacar alguns desses pontos, vamos pegar cada um desses três elementos. A lista fechada, que é praticada na maioria dos países de voto proporcional, significa o seguinte: é uma tentativa de despersonalizar a eleição parlamentar e, ao contrário, partidarizar mais a eleição parlamentar, no sentido de fortalecer as estruturas partidárias. Essa lista é composta, quer dizer, cada partido tem a sua forma de compor essa lista: pode ser por prévia eleitoral, dentro dos partidos, com os candidatos, pode ser por acordo de cúpula, por sorteio, por bingo, por que diabo for, compõe a lista. Qual é o objetivo de uma lista fechada, principalmente, numa democracia de massa, como é o caso brasileiro? É você incluir dentro da lista, ao lado dos puxadores de voto tradicionais, alguns notáveis que, numa democracia de massa, não teriam condições de se eleger, mas que, uma vez eleitos, conferem maior qualidade à representação. Ou seja, para os vários papais noéis de Quintino que você tem na lista, você teria alguns Afonso Arinos também, que não teriam condições de se eleger nessa situação. Então, esses partidos partilham essa idéia da lista fechada. Acontece que essa lista fechada tem uma série de críticos; há uma série de críticas, e algumas até bastante procedentes. A principal delas é que o sistema de lista fechada faz com que o candidato faça campanha, dentro do partido, para obter os primeiros lugares na lista. Se o seu partido é forte, uma vez conseguido o primeiro lugar na lista, ele vai para casa. O partido impulsiona a sua candidatura, então ele não faz campanha no eleitorado, ele faz campanha dentro do partido, para obter um bom lugar na lista. Por isso mesmo a Argentina, depois de um século de lista fechada, está tentando agora abrir a lista. O que significa abrir a lista? A lista semi-livre, que é um tipo de lista que se pratica na Bélgica e que se pratica, por exemplo, na Áustria, é o

seguinte: você tem a lista, os candidatos são aqueles, porém o eleitor tem o direito de alterar a ordem em que os candidatos aparecem na lista. Isso acaba com a tranqüilidade dos primeiros colocados. Eles são obrigados a fazer campanha no eleitorado, além de fazer campanha dentro do partido para obter um bom lugar. Isso dá ao eleitor uma autonomia no sentido de alterar a ordem dos candidatos apresentados. Bom, o segundo componente nesta patologia da representação política do Brasil é a permissão de coligações em eleições proporcionais. Isto é um dos mais poderosos instrumentos de distorção dos resultados eleitorais. Numa eleição majoritária, presidente, governador, senador e prefeito, a coligação se justifica, porque trata-se de atingir o maior número possível de eleitores; então, você se coliga com outro partido, porque ele pode trazer para sua candidatura um tipo de eleitor que você, com seu próprio partido, não alcança. Como a eleição é individualizada, você vota no candidato e só tem um vencedor, o eleitor tem perfeito conhecimento e controle dos caminhos percorridos pelo voto dele. O eleitor que não votou naquele candidato vencedor, o seu voto vai para o lixo. Já no caso das eleições proporcionais, a coligação é diferente. Em geral, os partidos pequenos se coligam com os partidos grandes, para se beneficiar da distribuição geral de votos. No momento de se determinar quem vai ser eleito, há uma distribuição proporcional dos votos pela coligação. O que faz com que membros mais fortes da coligação deixem de ocupar uma ou duas cadeiras a mais, porque esta vai para os partidos pequenos. Por exemplo: um candidato de um partido grande que tem 15 mil votos na eleição pode não se eleger, mas um candidato de um partido nanico, coligado, pode-se eleger com os mesmos 15 mil votos. Dessa forma, se a gente observar a trajetória do PC do B do Rio de Janeiro, fica muito claro isso. Em 1986, o PC do B, recém saído da

clandestinidade, coligou-se com o PMDB: elegeu dois candidatos, um federal e um estadual. Em 1990, com aquele final lamentável do governo Moreira Franco, e tudo fazia crer que Leonel Brizola seria reeleito, o PC do B, rapidamente, coligou-se com o PDT: conseguiu eleger. Em 1994, no início, parecia que o Lula ia ganhar a eleição e que o PT seria o grande vitorioso; o PC do B, então, o que faz? Coliga-se com o PT. Não sei se vocês se lembram que ao final da campanha, aqui no Rio de Janeiro, o nosso jovem Lindeberg Faria já estava tentando fazer dobradinha com Jorge Roberto da Silveira, porque viu que ia ser um desastre. Então, esta trajetória, digamos assim, inteligente, do PC do B do Rio de Janeiro mostra bem o que é, o sucesso que é para o partido nanico a coligação em eleição proporcional. Mas aí se pergunta: bom, se é assim, se os partidos grandes se prejudicam com a coligação, porque eles, que são majoritários no Parlamento, não fazem uma lei, pura e simplesmente, acabando com a coligação? Porque a coligação também interessa a eles. Um deputado que tenha medo de não se reeleger, sai do seu partido, um partido grande, vai para um partido nanico, se coliga com o partido grande, se elege na coligação e, depois da eleição, volta para o seu partido de origem. Então interessa a todos. Os resultados da eleição de 94 acenderam o sinal vermelho em vários partidos. Eu fiz um levantamento, não vou cansar vocês com o levantamento inteiro mas, de todos os partidos eleitos, em 94, para a Câmara dos Deputados, a bancada que eles conseguiram e aquela que eles conseguiriam sem a coligação. Eu vou pinçar alguns exemplos. O PMDB fez 107 deputados; sem coligação, faria 137. O PFL, ao contrário, fez 89 deputados; sem coligação, faria 82. O PSDB fez 62; sem coligação, faria 69. O PT fez 49; sem coligação, faria 56. O PT foi extremamente prejudicado porque coligou-se muito com os partidos pequenos de esquerda. Se nós descemos para os partidos pequenos, nós

vamos ver o seguinte: o PC do B fez 10 deputados federais; faria 2. O PPS fez dois deputados federais; faria 0. O PSD fez 3; faria 1. E por aí vai. Então, a coligação destrói a força eleitoral real dos partidos. Finalmente, acoplado a isso, ainda há a última perversidade, que é o mecanismo de distribuição das sobras eleitorais. Em primeiro lugar, é muito curioso que num país como o Brasil, onde o voto é obrigatório, os votos em branco sejam computados como válidos na contagem que define o quociente eleitoral. Nos países em que o voto não é obrigatório isto seria justificável, já que o voto em branco (...) é uma manifestação de inconformismo, por exemplo, com os candidatos que o seu partido apresenta. Agora, o desinteresse do eleitor num país de voto voluntário se dá nas taxas de abstenção, ou seja, se ele não está interessado, ele não vai votar. Então, você não pode transportar, automaticamente, isto para um país onde o voto é obrigatório, e incluir o voto em branco no cálculo dos votos válidos. Bom, determinado o quociente eleitoral, que é o número de votos dividido pelo de cadeiras em disputa, o método utilizado para distribuir as sobras, que é o chamado Método Ront, contempla as maiores médias. A distribuição das cadeiras pelos partidos que obtêm as maiores média pode, no limite, aumentar em 100% a representação de um partido pequeno e em 20% a representação do partido majoritário. Então, um partido pequeno que está coligado com um grande e fez um deputado, pelas sobras, ele pode fazer dois. O partido majoritário que fez 30 deputados, pela sobre, pode chegar a 40. Então, há uma distorção visível, quando você termina de distribuir as sobras eleitorais. O mecanismo adotado por vários países que praticam o voto proporcional determina que todas as sobras eleitorais são concedidas ao partido majoritário, ou seja, saiu majoritário das eleições, então fica um pouco mais majoritário. E dessa forma se consegue obter maiorias estáveis, em países de voto proporcional.

Outra medida que é fundamental, no caso brasileiro, é a volta da fidelidade partidária, para que se possa conferir um mínimo de racionalidade ao sistema e para que os governos não tenham que incorporar novos sócios à aliança eleitoral original. O que é que estamos vendo no governo Fernando Henrique? Que exatamente pela ausência de fidelidade partidária o governo tem que lidar com uma coligação mais do que necessária, aumentando em muito os custos econômicos, políticos, fisiológicos, clientelistas etc. dessa aliança. A extinção da fidelidade partidária é porque ela foi considerada entulho autoritário, porque foi adotada durante a ditadura. Então, extinguiu-se a fidelidade partidária, e isto agravou, fortemente, não só o troca-troca entre os partidos, a proliferação de legendas de aluguel e a rebelião entre as bancadas. Até agora 28 deputados federais e 5 senadores já trocaram de partido, desde a eleição de 94. É claro que certos parlamentares têm muita dificuldade de entender que o mandato pertence ao partido, e não a ele, porque gastaram 5 milhões de dólares para comprar esse mandato na última eleição, então acha que o mandato é dele mesmo, e não do partido. Mas a grande maioria já começa a perceber os efeitos maléficos da falta de fidelidade partidária. Proibidas as coligações em eleições proporcionais e restabelecida a fidelidade partidária, a cláusula de exclusão, ou seja, apenas os partidos que têm 5% dos votos podem ter acesso ao Parlamento, parece ser inteiramente desnecessária, além de ser profundamente antipática. Não são os dois deputados do PPS que criam problema no Congresso. Quem cria problema no Congresso é esse clima de estouro da boiada da bancada do PMDB, que tem 107 deputados. Não é um deputado que cria problema. Nós não podemos confundir as coisas. A pretexto de não se prejudicar os partidos pequenos, a gente corre o risco de não fazer reforma nenhuma. Os partidos pequenos têm que ter a sua representação garantida, se eles

obtiverem votos sem coligação. Quer dizer, acabando com a coligação e restabelecendo a fidelidade partidária, não há a menor necessidade de se fazer essa coisa antipática, não é, que é a cláusula de exclusão. Outras medidas que estão em discussão são igualmente importantes, como, por exemplo, estabelecer-se um limite máximo de deputados para a Câmara. A Câmara de Representantes dos Estados Unidos, por exemplo, tem 435 deputados desde a década de 20, e têm hoje uma população muito maior do que a brasileira. A cada 10 anos, lá, como cá, o censo demográfico rearranja o tamanho das bancadas conforme a população dos estados, mas acerta para baixo, não para cima, como nós fazemos. No Brasil, se o tamanho da Câmara dos Deputados for acompanhar o tamanho da população, nós daqui a pouco vamos virar o Parlamento Soviético, que tinha três mil membros e só se reunia para bater palma, quer dizer, era uma câmara meramente homologatória. Se já é difícil discutir questões substantivas com 513 deputados, só tende a ficar muito mais difícil. Isso nos remete à questão da proporcionalidade. Nenhum país do mundo pratica o que se chama a proporcionalidade estrita, ou seja, a bancada do estado ser corresp[illegible] população do estado, essa velha reclamação dos paulistas, na [illegible] ter 100 deputados. Se já batem cabeça com os 70 que têm, com 100, então, vai ser um desastre. Mas todos os países praticam um tipo de proporcionalidade que se chama compensatória, porque se a proporcionalidade estrita for aplicada, nós corremos o risco de alguns estados ficarem sem representação nenhuma. É claro que no caso do Brasil houve distorções. A Constituição de 1946, no artigo 48, fixava o seguinte: o mínimo de sete deputados por estado e um deputado por território. O que fez a ditadura militar? Saiu desembestada transformando territórios em estado, e o *pacote de abril* do General Geisel aumentou para oito o número mínimo de deputados por

BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

estado. Número esse consagrado na Constituição de 1988. Então, hoje, nós estamos com problemas assim: o Rio de Janeiro está exatamente igual, se for aplicada uma proporcionalidade estrita, não perde nem ganha nenhum deputado, São Paulo precisaria ter 100; em compensação, os antigos territórios transformados em estados e os novos estados criados, Tocantins, Mato Grosso do Sul etc., estão super-representados. Não é a bancada do Nordeste que está super-representada, não, Pernambuco está bem, Ceará está com um deputado a menos, quem está super-representado são os novos estados, antigos territórios, e os novos estados criados por desmembramento, portanto, é na área do Norte e Centro-Oeste. Para terminar, queria dizer a vocês o seguinte: nada disso vai mudar, se não se atacar o núcleo do problema. A idéia de proibir pesquisa na véspera da eleição, do acesso ao horário eleitoral gratuito, eu preferi nem falar dessas coisas, porque isso é o periférico do periférico do periférico. Se não se proibir coligações nas eleições proporcionais, se não se alterar o mecanismo de distribuição das sobras e se não se restabelecer a fidelidade partidária, nós estamos brincando de reforma, não estamos fazendo reforma. E vai continuar o delírio de que nós poderemos melhorar tudo se adotarmos o sistema alemão, o sistema polinésio, o sistema filipino, o sistema do raio que o parta, como uma medida que cai do céu e que vai melhorar as pessoas, o sistema, o governo etc.. Como nós estamos aprendendo, a duras penas, o mais difícil não foi mandar os militares de volta para os quartéis, o mais difícil é restituir o voto e o poder do voto ao seu verdadeiro titular, que, segundo a Constituição, é o povo. Se os políticos querem isto, é preciso que se restitua ao cidadão eleitor o controle sobre os caminhos que o seu voto percorre, desde o momento que ele é depositado na urna. E, numa democracia, é fundamental que esses caminhos sejam retos e que sejam públicos. Obrigada. *(Aplausos)*

⇒ **Profa. Sônia Fleury** - Eu agradeço aos três expositores que fizeram brilhantes colocações, que nos estimularam muito. Espero que os alunos tenham reconhecido toda a bibliografia que leram durante esse semestre (risos) e possam estar em perfeitas condições de discuti-las. De maneira que acho que é um grande estímulo para o nosso debate. Está aberta a discussão. A discussão pode ser feita inclusive entre os membros da mesa, se quiserem colocar questão um para o outro.

## DEBATE

⇒ **Platéia** - Meu nome é Irapoan, eu faço mestrado aqui, sou aluno da Sônia. Uma questão que eu vou colocar para o Ronaldo. Falou em tamanho do Estado, em reforma do Estado... Eu li um artigo do Bresser, domingo no *O Globo*, sobre a questão da flexibilização da estabilidade. Essa é uma questão que eu fiquei pensando: para você diminuir o tamanho do Estado, o funcionalismo público, precisaria partir para a flexibilização que está encontrando aí uma barreira muito grande: o funcionalismo público não aceita essas mudanças que estão querendo implantar. E você falou muito a respeito de mudança nessa área. Eu queria escutar um pouquinho mais a respeito da questão.

⇒ **Prof. Ronaldo Coutinho** - Eu te agradeço profundamente essa chance. Não deu para falar, tinha um monte de coisa aqui. Bom, primeiro, em termos doutrinários, conceituais, do ponto de vista jurídico inclusive, eu acho um exagero que quando se coloca que fazer reforma administrativa depende fundamentalmente de se tirar a estabilidade do servidor público. Por que

isso? Porque essa estabilidade é fictícia, ou seja, ela é limitada, ela não é ilimitada, ela não é incondicional, ela não é irrestrita. Você tem instrumentos jurídicos hoje, em toda nossa legislação vigente, suficientes para sancionar a negligência, a prevaricação, o exercício irregular da atividade pública do servidor. O que você tem é a garantia que a pessoa não seja demitida sem a devida oportunidade de se defender. Agora, você tem instrumentos jurídicos para sancionar, para tirar fora do serviço público parcela ampla de servidores que tenham comportamento inadequado sob várias formas. O que se pretende com a reforma constitucional, qual é a pretensão disso? Existe uma cláusula que é complicada e de extrema complexidade: a pretensão de você possibilitar demissão de servidores por necessidade de redução de quadros, por critérios administrativos, porque tem necessidades administrativas. Isso aí está colocado de uma maneira ampla no debate, foi uma proposta formulada inicialmente, apresentada pelo governo, e isso merece uma série de restrições. Por exemplo, define-se quais sejam as carreiras de Estado: são tais e quais. O que se pergunta é até que ponto o servidor público, qualquer um que seja não tem a necessidade da mesma garantia para o exercício sem constrangimento, sem possíveis pressões ou hesitações da sua função. Isso existe. Eu acho que é controvertido. Tanto é que o próprio Bresser Pereira já apresenta uma outra proposição de aperfeiçoamento da sua proposta inicial. Se você comparar a primeira vez que ele formulou isso com a mais recente formulação, há uma diferença de gradação aí. Ampliaram-se os quadros de exceção em relação à primeira proposta dele. É sinal que tem havido um debate interno. Esse debate foi citado em boa parte pelo forum de secretários de Administração, que participamos, juntos com Dr. Augusto Werneck e outros. Tem havido uma série de coisas desse tipo. Eu próprio sou um dos propositores junto com a

equipe do Dr. Werneck, fizemos um projeto de lei que estimula a demissão voluntária do serviço público. A gente paga uma indenização correspondente a um vencimento bruto por ano de serviço prestado e mais um percentual, dependendo da faixa, ou seja, 5, 10, 15 ou 20 anos; há um limite, evidente, que é a proximidade imediata da sua aposentadoria, porque às vezes o cara pode pedir uma coisa e outra, não é, e nisso o Estado, por incrível que pareça, ainda tem um controle altamente artesanal do que se passa nele. Para você ter uma idéia, a Secretaria de Administração só agora está com o seu cadastro informatizado, através de terminais etc., e só tem metade dele. Então nós estamos com problemas desse tipo. Agora, eu não acho que seja a quebra da estabilidade do servidor público a grande arma, o grande instrumento de uma reforma do Estado. Particularmente, eu não acho. E acho que é problemático se colocar sob critérios não muito essa questão de poder demitir por necessidade ou por excesso. Isso é um limite muito arbitrário. Eu acho isso muito complicado.

⇒ **Dr. Pedro Celestino** - Eu quero fazer uma consideração. O Estado brasileiro é ibérico, português, é um Estado patrimonialista desde a origem. Qualquer brasileiro com 18 anos quer um emprego público para depois ir à luta. Historicamente, tem sido assim. Como o Estado quebrou, a nova geração não teve essa oportunidade; mas até a minha geração, o grande objetivo da juventude era ter um emprego público. Os empreendedores, depois de garantido o emprego público, depois de garantido o *da viúva*, aí, iam à luta, montar suas empresas nas horas vagas e tal. Tinha o *bico*, o famoso *bico*. A estabilidade do servidor público foi uma conquista moderna. Dizia o velho Benedito Valadares que ser poder é nomear, demitir, mandar prender, mandar soltar, cobrar imposto e deixar de cobrar. E esse era o Brasil até

muito pouco tempo atrás. Um prefeito, qualquer que ele fosse, tinha como uma das suas primeiras providências demitir os adversários e colocar os correligionários; mas não é nos cargos de direção não, não é secretário, não, era demitir mesmo. Um governador de Estado pegava uma professora de Caratinga, mandava para Aquidauana. O Brasil inteiro era assim. Então a modernidade foi um elemento de modernização, quando foi estabelecida. A admissão por concurso público também. Nunca, nunca conseguiu-se fazer com que essa regra do concurso fosse respeitada, embora ela seja antiga; ela está na Carta de 88 mas é anterior. De 88 para cá houve uma certa moralização no sentido da admissão, mas criaram brechas: vocês vêem aí o escândalo do Baneser, lá no governo de São Paulo, que é um governo de elite, não é governo nordestino não. O Baneser, uma empresa de serviços do Banespa, passou a ser o pulmão que servia a toda a administração pública paulista nos governos Quércia e Fleury, deixando um rombo no B aí descoberto no governo Covas, extraordinário. Depois tem o exemplo da Carta de 88 que engessou a administração pública. Hoje, a gente vê um coro a favor do fim da estabilidade, não com o objetivo de modernizar o Estado e poder fazer com que ele cumpra a sua função de máquina pública não, é para poder nomear, porque não podem nomear. Não é a modernidade, é abrir de novo a burra: colocar para fora quem não se quer e colocar seus protegidos. Essa é que é a verdade. Porque o Parlamento é controlado por esse tipo de gente. E aí eu quero me estender e dizer que esse Parlamento é distrital, já é distrital. O Rio de Janeiro tem 85% da sua população no Grande Rio, no entanto tem sua bancada parlamentar constituída majoritariamente por representantes do interior. Essa é que é a verdade. Eu tenho deputado de Campos, eu tenho deputado de Barra Mansa, de Petrópolis, deputado até de Bom Jardim, e não tenho deputado de Nova Iguaçu. Tem um agora aí, que é

o Nelson Bournier. Nova Iguaçu é o sétimo colégio eleitoral do país, quando muito, elege um deputado federal. Ela é uma eleição distrital e perversa, porque é uma eleição distrital do grotão, não é uma eleição distrital que leve em conta o eleitorado urbano. Por isso que no Brasil, hoje, o Senado é mais progressista que a Câmara, porque a eleição para o Senado é majoritária, o voto urbano tem um peso maior, faz com que a bancada progressista no Senado seja hoje uma bancada proporcionalmente maior do que a bancada progressista na Câmara dos Deputados. Vejam vocês que a questão da reforma do Estado, dessa reforma institucional, é uma questão muito intrincada, imbrincada, muito complexa, e está sendo tratada de uma forma leviana, - e aí eu concordo perfeitamente com a professora Lúcia Hipólito, - como se... ah, muda a regra, põe aí o (sistema) alemão, põe isso, põe aquilo que vamos cair no reino de Alice no País das Maravilhas. Não vamos não. Quem é que amarra o guiso no pescoço do gatinho? Essa bancada do PFL, que é eleita com utilização da máquina pública, essa bancada do PFL que quer quebrar com a estabilidade para poder voltar a nomear, foi ela que engessou. Quem colocou estabilidade aos cinco anos, em 88, foi o PFL. Foi esse Centrão aí que colocou. E agora quer acabar porque esses prefeitos que estão no poder dizem assim: eu não nomeei ninguém, eu não consigo fazer nada. Não é porque é moderno, não! É porque quer voltar a predar o Estado. Eu quero ver como é que essa gente vai modernizar. Eu não sou apocalíptico nem partidário da extinção do Congresso, mas quero dizer que se a sociedade civil, se essa sociedade que está aqui, a sociedade organizada, os sindicatos patronais, de trabalhadores, as organizações não-governamentais, se a sociedade não pressionar no sentido de fazer com que essas reformas tenham conteúdo que seja benéfico para a sociedade, vamos cair numa situação pior do que a de hoje porque vamos decepcionar mais ainda a

população, porque, em nome da modernidade, vamos destruir o pouco que existe nesse Estado que funciona; em nome da modernidade, destruímos o Estado nos últimos cinco anos. O que o Collor fez, no meu modo de entender, e o Fernando Henrique está aprofundando, a imagem que eu faço é a de uma criança a quem se dá um carburador de automóvel e uma chave de fenda: ela desmonta o carburador em cinco minutos, qualquer criança com uma chave de fenda desmonta um carburador, mas leva 20 anos para remontar esse carburador. O que aconteceu foi isso: nós tínhamos um sistema de saúde que mal ou bem funcionava, hoje nós não temos nada; nós tínhamos um sistema de educação que mal ou bem funcionava, hoje não temos nada. Hoje, não temos nada, em área nenhuma. O Estado hoje é absolutamente desaparelhado para funcionar em qualquer área. E não vai ser com discurso, com essa lenga-lenga de reforma que está sendo proposto por esse Parlamento que nós vamos modernizar essa máquina.

⇒ **Profa. Lúcia Hipólito** - Eu queria fazer duas observações a respeito dessa questão da administração e da estabilidade. Em primeiro lugar, emprego público é uma forma de dar emprego em país pobre. Em país pobre, o emprego público é uma forma de tirar as pessoas da marginalidade, do desemprego. Eu não vi nenhum desses empresários que passam o tempo todo reclamando do tamanho do Estado, sobretudo esses empresários que têm esses cartórios extraordinários dentro do Estado brasileiro, dizerem o seguinte: bom, vocês demitam cem mil que vou fazer um concurso rigorosíssimo para contratar 20. Não é 20 mil não, 20. eu não vi nenhum. Quer dizer, onde é que se vai colocar essa massa que supostamente será demitida desses empregos péssimamente pagos? Essa é a primeira questão. Segunda questão. eu vou discordar do Pedro um pouco, embora tenha

concordado muito comigo. Eu não acho que tenha sido Fernando Collor que desmantelou o Estado não. Fernando Collor derrubou uma coisa que estava caindo de podre. a principal responsabilidade pelo esquartejamento da administração pública brasileira, que já não vinha bem das pernas, foi a constituição da Aliança Democrática para eleger o Dr. Tancredo. O que aconteceu foi que os partidos pertencentes à aliança Democrática ficariam com todos os cargos federais nos estados, ou seja, politizou-se posto antigamente técnico, partidarizou-se posto técnico. Eu criei uma expressão que dizia que era a cesta básica do clientelismo brasileiro, em que órgãos que não pertenciam a essa cesta básica foram politizados de alto a baixo, partidarizados, e ficaram eivados de clientelismo. Órgãos como a Fiocruz, órgãos como o IBGE, como a Finep etc., que sempre foram órgãos técnicos, passaram a ter administrações ao sabor dos ventos políticos. O Pedro falou na Petrobrás durante o governo Collor, o IBGE, em 10 anos, teve 10 presidentes, por exemplo. Então, na verdade, acho que Fernando Collor veio dar um pontapé forte, é verdade, ele e aquele *delicadíssimo* João Santana, numa coisa que estava caindo de podre, porque quem realmente embaralhou para sempre esse problema da administração pública brasileira foi a decisão de se partilhar os cargos federais nos estados e toda a estrutura com os partidos que elegeram Dr. Tancredo. Diziam, naquela época, que isso era uma conta que tínhamos que pagar pela transição. E estamos pagando. Cada vez que se muda um ministro, muda o chefe do Almoxarifado do terceiro andar: cai tudo. E cada ministro que entra faz terra arrasada da administração do ministro anterior, então estamos eternamente inventando a roda. O que isso representa em desperdício de dinheiro é absolutamente incalculável.

⇒ **Dr. Pedro Celestino** - Eu concordo com você que não é o Collor não, é a visão nordestina da política, sem o menor preconceito em relação aos meus amigos do Nordeste, mas é a visão nordestina da política. Na verdade foi o Sarney. Sarney não destruiu tudo porque não teve tempo. Mas o Collor continuou nessa linha de destruir o Estado. É a visão nordestina da política.

⇒ **Platéia** - Eu me dirijo à professora Lúcia Hipólito. Eu perguntaria a ela se na sua avaliação do sistema político brasileiro o voto facultativo melhoraria a qualidade do parlamentar que chega ao Congresso.

⇒ **Profa. Lúcia Hipólito** - Eu acho que não tem interferência nenhuma. Veja, eu tenho uma tendência a achar que o voto obrigatório ainda é uma coisa interessante num país em que boa parte da população é cidadão de segunda classe. A única hora que ele se sente exercendo a cidadania é a hora em que ele põe a sua roupa de domingo, no interior acontece muito, e vai votar. É claro que isso acaba gerando uma espécie de visão santificada do voto. Você tira N.S. Aparecida do altar e bota o voto, como se ele fosse resolver alguma coisa. Não resolve nada. Mas é ainda algum exercício de cidadania de larga parcela da população que é cidadão de segunda classe. Naquele dia da eleição ele vale exatamente o que vale o Dr. Antonio Ermírio de Morais. I isso eu ainda acho que o voto obrigatório tem alguma função. Não no sentido de melhorar a qualidade da representação coisa nenhuma, é porque nós, em matéria de cidadania, estamos entre a Idade da Pedra Lascada e a Idade da Pedra Polida. Acho que isso pode ajudar, mas não que isso tenha interferência na qualidade da representação. Eu não acredito.

⇒ **Lenaura** - Eu tinha uma preocupação. O Pedro Celestino estava falando, muito bem, das reformas estarem sendo encaminhadas por um Parlamento extremamente patrimonial, agora, reformas econômicas de um caráter bastante profundo, que parece que vão alterar bastante. Então, a sensação que tenho é que a gente tem reformas econômicas que estão sendo gestadas em algum lugar que nem é nesse parlamento patrimonial, que o patrimônio ali nem se dá conta de pensar coisas nem a médio prazo, vamos dizer, a não ser a curtíssimo prazo e muito imediato. Então me preocupa uma situação, e eu queria ouvir a mesa em relação a isso, de a gente ter reformas econômicas que estão sendo gestadas e que estão sendo passadas à revelia... eu nem diria à revelia, porque acho que é forte, mas deslocadas de um sistema político que é externo, vamos dizer, que são reformas que estão sendo dadas no mundo inteiro, vamos dizer, e para a América Latina isso está sendo muito forte, muito presente. Estamos acabando com o sistema de saúde, com o sistema educacional, uma série de coisas de reformas do Estado ditas necessárias, vamos dizer, e aí em relação à administração, ao sistema eleitoral e tudo mais. Para que serviriam, não é, se a gente tem já um sistem. patrimonial-clientelista que ficaria endossando reformas macroestruturais de transformação do país em alguma coisa que a gente também não sabe o que é. O prejuízo disso a gente antevê como sendo perigoso, considerando o contingente de miseráveis que a gente tem. Então eu queria ouvir um pouco a mesa em relação a isso, se a gente não está falando em duas coisas muito diferentes. Existem reformas necessárias internas, e aí a nação é presente, existe, e reformas econômicas que estão sendo encaminhadas por um lugar que a gente não conhece, que estão ali através de nossos representantes patrimoniais votando essas reformas.

⇒ **Dr. Pedro Celestino** - Esse é um Parlamento desacreditado, em seis meses é um Parlamento envelhecido, o conceito de cidadania no Brasil é um conceito inexistente, eu não digo nem que a gente tenha que reestruturar, a gente tem que estruturar, a Lúcia diz bem, é cidadão de segunda classe, mas é isso, é um povo de analfabetos, um povo submetido a um bombardeio de propaganda no cotidiano. Eu não sei nem como é que esse povo tem capacidade de discernir uma situação que, no meu modo de entender, vai gerar reformas tópicas na questão da administração pública. Não há como promover uma reforma institucional profunda com esse quadro parlamentar que aí está. Nem eu vejo no governo uma condição de hegemonia que consiga levar adiante um processo de reforma profunda do Estado. Eles vão esbarrar na reforma fiscal, porque a reforma fiscal não só é repartição das receitas públicas, nessa questão de saber o que é da União, o que é do estado, do município, como também na questão da própria cadeia de impostos, aí essa maioria se esvai; mexer com tributo é muito complicado. Eu quero lembrar aos senhores que, na Carta de 88, o único capítulo votado por consenso foi o capítulo da ordem tributária, do sistema financeiro. Foi consenso. Os chamados economistas do Congresso se reuniam na Academia de Tênis e tiraram esse texto que está aí, que hoje em dia é considerado absolutamente inválido. Eu acho que a crise social vai se agravar muito. Há uma sensação de insegurança crescente nas cidades de porte médio, era uma crise do Rio de Janeiro, hoje é uma crise que se espraia pelo país; eu acho que essa crise econômico-financeira vai dar no que deu no México e está dando na Argentina, não tem saída, qualquer política econômica que não aposte na produção, qualquer política econômica que privilegia o setor financeiro, como é a política financeira que vem sendo adotada, acaba dando com os burros n'água. Eu não sou pitonista, mas é olhar para o resto do mundo e ver

que esse tipo de política não dá solução para os problemas sociais. Então eu vejo impasses institucionais adiante, porque a pressão da sociedade força mudanças. Eu não posso prever o rumo das mudanças. Isso vai depender da correlação de forças que ocorrer na sociedade, e ela é muito mutável. Hoje, nós não temos resistências organizadas à política do governo. Essa greve dos petroleiros, ainda vai ter repercussões profundas no movimento sindical. Assim como qualquer vitória em enfrentamento entre as classes repercute do ponto de vista dos trabalhadores, derrota também repercute. Assim como o movimento sindical brasileiro cresceu muito depois de São Bernardo, em 78, essa greve dos petroleiros, a derrota dessa greve, se ela não se cingir ao setor dos petroleiros, leva a uma determinada paralisia ao próprio movimento sindical brasileiro. Estão os trabalhadores num momento de perplexidade e paralisia e as camadas médias preocupadas; a questão do emprego é uma questão fundamental, é do cotidiano das pessoas, a primeira posição da pessoa é preservar o seu emprego, é o que tem para levar para casa, e diante de ameaças, tanto no setor público, como no setor privado, por força da desaceleração da economia, de haver aumento de desemprego, vai significar aumento de tensão social. Não vejo, da parte de quem está dirigindo o país, preocupação com essa questão social. Eu vejo preocupação com as contas: se nós fecharmos o Orçamento com 3% de déficit vai ser bom, se o déficit da balança de pagamentos for de 15 milhões de dólares está bom; eu vejo números, eu vejo uma visão fria e tecnocrática, negando qualquer proposta social democrática, com base na qual esse governo se estabeleceu. De maneira que eu não sou pessimista, não sou apocalíptico, mas não posso ser otimista diante do quadro que está se configurando, para os próximos meses, na correlação de forças da sociedade e seu reflexo num Parlamento que parece que vive em outro mundo. Estão propondo agora uma desindexação

que se restringe a salários. Quer dizer, continua indexado o imposto, continuam as taxas de juros estratosféricas, continua tudo funcionando do ponto de vista da indexação e o salário vai para o ralo. Para o empresário, é festa. Numa conjuntura de recessão, se não tem lei que proteja o salário do trabalhador, é festa. Falo como empresário.

⇒ **Prof. Lúcia Hipólito** - Eu queria só fazer uma observação, que eu quero brigar com o Pedro de novo... *(Ri)* respondendo um pouco à Lenaura. Ao contrário, eu acho que nenhum Parlamento do mundo mora numa nave espacial. Por mais conservador que seja, o Legislativo brasileiro, não reside numa nave espacial, porque senão ele não ganha eleição. Político gosta de ser eleito; e mais, ele gosta de ser reeleito. Então, o que você observa é que a sociedade brasileira quer reformas. Quais são, de que jeito são, como conduzir, ela quer. E é curioso, porque a oposição foi incapaz, até agora, de articular um projeto alternativo. A sensação que dá para o público médio é um pouco de que a oposição quer conservar o que está, ou seja, a porcaria. Ela não conseguiu, foi incapaz de articular um projeto alternativo. Ficou uma oposição adolescente, na base do não vou, não voto, não discuto, não vi não gostei. Espero que, daqui para a frente, a oposição também tenha aprendido a sua lição de tentar articular um projeto alternativo. Quer dizer, partido de oposição que se preza, partido de oposição que honra o nome participa da discussão, participa, vota contra, oferece alternativas etc.; não é uma oposição adolescente. De outro lado, ainda respondendo um pouco essa sua preocupação, que acho que é procedente, uma série de reformas no mundo inteiro foram promovidas por partidos e grupos conservadores. Se você lembrar que foi o presidente Nixon que foi à China, que foi à União Soviética, se você lembrar que a democracia na Espanha foi implantada pelo

Adolfo Soares, que era um franquista e que só foi escolhido primeiro ministro porque as forças franquistas achavam que ele ia ser de confiança, e é ele que promove o Pacto de Moncloa, que promove a consolidação e a institucionalização da democracia na Espanha. Então o fato do Parlamento brasileiro ser em boa parte, não todo, conservador, clientelista, antigo etc., a mim não garante que as reformas que ele votar sejam também conservadoras, como é o perfil deles. Eu acho que o deputado, ele tem o ouvido muito pregado no chão, muito pregado no seu eleitorado, e, indiscutivelmente, o que essas eleições de 94 provaram é que a população quer reformas. É preciso se discutir, e aí está o grande erro da oposição, é o caminho, a condução e a forma de se fazer essas reformas. Mas parece que ja é consenso, aí, sim, que não dá para ficar como está. Não concordo muito que o caso brasileiro seja parecido nem com o caso mexicano nem com o caso argentino. As reformas e a modernização promovidas no México foram reformas muito setorizadas, em áreas industriais situadas ao norte do México, porque fica perto da fronteira com os Estados Unidos e ali não é bom ter uma linha de pobreza muito grande, senão a turma pula o muro de noite. Esqueceram do sul, e Chiapas aconteceu no sul. No caso da Argentina, ela não tem nem de longe a vitalidade da economia brasileira; é um país que não tem siderurgia, tem petróleo, mas não tem siderurgia, quer dizer, não chegou ainda à segunda revolução industrial. Foi um país que viveu de capital especulativo muito tempo. Eu acho que são dois casos diferentes. Nós podemos nos encontrar na grande hacatombe final, mas eu acho que são dois casos bastante diferentes, não são exemplos para despertar tanta maluquice no Brasil.

⇒ **Prof. Ronaldo Coutinho** - Eu queria também aproveitar aqui... quer dizer, em boa parte, a professora Lúcia me poupou a voz. Mas insistindo muito, nós criamos uma cultura política do não, que ela é muito cômoda, ela é confortável, de alguma maneira, ela propicia até um certo grau de profissionalismo na carreira de certos políticos etc. E nos parece que aceitamos de uma maneira um tanto quanto passiva... quando eu digo nós, me refiro aos que vimos isso de uma maneira mais crítica, algo que acontece à época do golpe militar. Não vou fazer aquele discurso usual do PCB sobre a ditadura, vou fazer outra coisa, vou chamar a atenção para um fato, que passa quase desapercebido hoje, mas que, a meu ver, é relevante do ponto de vista analítico. O governo Castello Branco, que foi alçado ao poder através de um golpe militar que pretendia, ideologicamente, preservar a capacidade da livre iniciativa, a plenitude da atuação do desenvolvimento capitalista etc., foi o primeiro governo que promoveu, na nossa história, uma intervenção na espinha dorsal mesmo do próprio capitalismo, que era o mercado de capitais.

⇒ **Profa. Lúcia Hipólito** - E o Estatuto da Terra. Você se lembra que a reforma agrária derrubou o Jango, e veio o governo Castello e faz um Estatuto da Terra que foi muito adiante do que se pretendia.

⇒ **Prof. Ronaldo Coutinho** - Exatamente. Mas também se criou uma concepção naquele momento. É que as questões referentes ao desenvolvimento econômico eram questões que não deviam ser submetidas às vicissitudes do debate político, portanto, sob essa rubrica da racionalidade, retirou-se da arena política a discussão das grandes questões econômicas, e nós continuamos aceitando isso até hoje. E dizendo não. Nós

não contrapomos nada ao que o José Serra fala. Nós não temos um projeto alternativo para contrapor. Nós negamos. E vamos colocar o que no lugar? Nós não colocamos nada. Enquanto isso, os empresários, que não privados, são públicos, porque eles são privados na hora que eles querem o juro, na hora que eles querem o perdão das dívidas, na hora que o pessoal da UDR quer ser perdoado, quer mais crédito etc., mas eles não são na hora que querem protecionismo, subsídio etc.. Então, nós não estamos trabalhando criticamente essas questões, a meu ver.

⇒ **Dr. Pedro Celestino** - Eu queria dizer o seguinte: quisera eu que o nosso Parlamento tivesse uma bancada conservadora. Eu tenho o maior respeito pelo Roberto Campos, por exemplo, pelo Delfim Neto, são quadros, são intelectuais, são preparados, têm pontos de vista muitas vezes divergentes dos meus, mas honram o Parlamento. Dornelles. Têm vários. O que eu acho que um dos grandes males que essa ditadura causou ao país foi manter o Congresso aberto, porque ao manter o Congresso aberto, desmoralizou a política e os políticos. O Getulio ficou 15 anos no poder e não desmoralizou a política, nem os políticos. Quando nós saímos do Estado Novo tivemos eleições democráticas e um Parlamento de alto nível. O que aconteceu nesse país, e isso remete à questão política-eleitoral, é o aviltamento da representação popular, ao ponto de nós termos hoje um Parlamento incapaz de discutir, da direita à esquerda. É um Parlamento de medíocres. Esse Parlamento é pior do que o de 90, que é pior que o de 86. Aí é que reside a questão, do ponto de vista institucional, são políticos incapazes de formular. Podem até ser sensíveis, podem até ter interesse em reeleição, mas são incapazes de formular. A crise institucional, para mim, vem daí. Vota no oba-oba e vota olhando para o cargo, vota para isso, para aquilo, e nós

corremos o risco de ficar com uma colcha de retalhos, porque não têm uma visão consistente da questão do Estado, não têm uma visão consistente da questão da administração pública, não têm uma visão consistente de uma política industrial, de uma política de comércio exterior, de uma política agrícola. Não têm. Por isso é que passa a toque de caixa, porque não há como debater. O que é mais comum hoje é você chegar para um deputado ou senador, começar a discutir e ele dizer assim: não dá para você escrever para mim? Eu digo isso com pesar, porque quando eu comecei a freqüentar a Câmara dos Deputados, ainda era aqui no Palácio Tiradentes, um dos meus primos era deputado federal, eu ficava na tribuna da imprensa, se algum parlamentar fosse para a tribuna com um texto, ninguém ouvia. O que caracterizava o parlamentar era a capacidade de expor suas idéias. Você hoje tem centenas de deputados e tem dezenas de senadores que são incapazes de se expressar em portugês, que dirá defender idéia. É essa gente, e aí é que está o impasse, é essa gente que vai reformar?! Volto à questão que eu coloquei: quem amarra o guizo no pescoço do gatinho?

⇒ **Prof. Sônia Fleury** - Bom, tem três pessoas aqui... quatro... cinco... Vamos fazer as perguntas seguidas. Luciene, Wagner, Ivo, Fuad e Fátima. Só para dizer que até agora ninguém falou de governar por medida provisória. Parece que o Parlamento não existe, que quem está legislando é o Executivo. Estranho país esse.

⇒ **Luciene** - Nós falamos aqui sobre uma série de questões que têm posto limites a uma atuação efetiva do Estado na questão pública, de uma forma geral. O que se tem posto como proposta nos últimos dois anos, inclusive em documentos governamentais e até ao nível da sociedade civil também, é a

questão da parceria, parceria governo-sociedade. É uma questão que é posta como uma forma de dar conta dessa atuação mais efetiva frente às questões sociais de uma maneira geral. Eu queria perguntar, é uma questão que eu venho pensando mesmo, em que medida a parceria dá conta, ou não dá conta, de limites que estão postos atualmente, e vários deles foram falados aqui, à atuação efetiva do Estado. Ela dá conta, ou não dá conta? Porque tem sido posta como uma grande saída, não é, a parceria, e eu tenho muita dúvida se ela realmente pode ir de encontro a essas questões todas que a gente tem colocado aqui.

⇒ **Wagner** - Em um artigo recente do professor Fábio Wanderley Reis, ele diz que é freqüente no Brasil a idéia de que para se ter estabilidade democrática, para se ter a governabilidade seria necessário um partido de centro forte, onde os empresários se representariam e conseguiriam atingir o poder do Estado através do voto. Ao mesmo tempo, ele contra-argumenta de que isso não ocorre nas sociais democracias, que normalmente são partidos populares, partidos trabalhistas que detêm o poder. Ele argumenta que no caso de o centro político estar fortemente ocupado, isso pod[illegible] problemas de oposição muito extremada dos partidos. Eu gostaria de [illegible] opinião da mesa, já que temos empresário, temos cientista social e...

⇒ **Prof. Ronaldo Coutinho** - Olha, normalmente, diz-se que o governo propõe parceria quando não tem dinheiro para fazer alguma coisa e quer fingir que faz. Então você propõe: vamos fazer em mutirão. A gente arranja um título de propriedade, a gente fornece um crédito, as pessoas se reúnem, trabalham...

⇒**Profª Lúcia Hipólito** - É. Mutirão é só para pobre. Já reparou que mutirão é só para pobre? Ainda não vi rico fazer mutirão.

⇒ **Prof. Ronaldo Coutinho** - É. Mutirão é para pobre. Parceria com pobre é mutirão e contrato de risco é com empresário.

⇒ **Profª Lúcia Hipólito** - Claro. O risco é o nosso e o contrato é dele. É claro. *(Ri)*

⇒**Prof. Ronaldo Coutinho** - O contrato é dele. Então, fica uma coisa complicada, porque, realmente, veja só, nós tivemos um determinado momento em que supúnhamos o enfraquecimento de partidos políticos, de canais de expressão política tradicionais etc., trouxe uma emergência, não é, e com ela uma outra expectativa do fazer política, de movimento sociais etc.. Só que nós estamos num outro momento. No momento em que nós não temos partidos construídos com a devida consistência, temos uma prática partidária, digamos assim, não só pouco arejado, mas também... há uma diferença entre o número de militantes e a prática da militância, a discussão partidária interna e o que se diz fora. Com quem é que o governo estabelece parcerias? Com a sociedade difusamente, no geral? Não. Ele estabelece parceria com a sociedade civil organizada. Pode pensar em fazer isso. Agora, parceria é uma palavra que veio complicar. Ela não veio para simplificar. Por que? Parece caricatura o que nós fizemos aqui, falando isso do mutirão e do contrato de risco, mas eu acho que isso expressa uma realidade concreta, tal como ela hoje se nos apresenta. Nós temos visto poucas oportunidades... Vamos dizer, o governo pode fazer apelo a que haja participação mais ampliada em alguns setores da sociedade, em certas áreas de atuação; jamais

isso vai ocorrer na economia, por exemplo. Ela está ocorrendo em quê? Área assistencialista, quase sempre. Então a gente convoca setores da sociedade para estabelecer parcerias etc... Eu vivi um exemplo recente. Eu estou propondo agora, na medida em que eu estou designado como representante da Secretaria para participar de uma comissão, eu fiz uma proposta para um grupo de servidores do IASERJ. Proposta essa que não é mais do que aquilo que foi determinado pelo próprio Forum Estadual em Defesa do Serviço Público, que é a de uma administração com a participação dos servidores, já que o IASERJ é o plano de saúde do servidor do Estado. As maiores resistências que encontrei ao iniciar o debate dessa proposta foram dentro do próprio segmento dos servidores. Ou seja, fica complicado a gente pensar isso. Parceria até que ponto... Por exemplo, parceria do governo com os próprios servidores do governo parece algo como cooptação, parece algo como tentativa de minimizar tensões, de evitar movimento grevistas etc.. Então essa palavra, por mais que nos traga esperança, não se traduz em termos de confiabilidade política, hoje, no meu entendimento. Eu posso estar passando uma visão muito pessimista, enfim.

⇒ **Dr. Pedro Celestino -** Eu acho que uma reforma importante que está sendo encaminhada e discutida é a regulamentação do artigo 185 da Constituição, a lei complementar que estabelece regras, regulamenta concessões de serviços de utilidade pública. Eu acho que aí é que existe campo para uma grande parceria entre o setor público e o setor privado, que é o restabelecimento de concessões de serviços de utilidade pública a empresas privadas. É a gestão delegada de serviços de utilidade pública. Vou dar um exemplo a vocês. A CEDAE é empresa estadual de abastecimento d'água. Como eu disse a vocês, 85% da população do Estado do Rio se concentra no

Grande Rio, na orla da Baía de Guanabara. Evidentemente que a cabeça da CEDAE está voltada para o Grande Rio, no entanto, a CEDAE é responsável pelo serviço de abastecimento d'água de Vassouras, ela é responsável pelo abastecimento de Bom Jardim etc... É um serviço oneroso para ela e é um serviço que é mal feito, porque distante. O seu quadro técnico não dá assistência devida a Vassouras. E o cidadão de Vassouras está insatisfeito. Ora, sem mexer no patrimônio público, é perfeitamente possível pegar o serviço de abastecimento d'água de Vassouras, licitar e conceder a exploração à iniciativa privada. É uma parceria inteligente e necessária, pelas razões que eu já expliquei, o Estado está virtualmente impedido de expandir o sistema, porque está com uma crise financeira e fiscal muito grande. Então, enquanto não ajeitar a casa, por que não abrir caminho para a participação privada nessas áreas? E o que eu falei para água vale para energia, vale para esgoto, até para telecomunicações, vale para todos os serviços de utilidade pública, que estão absolutamente estranguladas.

⇒ **Profª Lúcia Hipólito** - Sobre essa questão da existência de partido um de centro ou não para conferir um pouco de estabilidade ao sistema, eu acho que nós vivemos sempre um pouco a nostalgia do partido europeu. Partido europeu do século XIX e basicamente de países parlamentaristas. Em países parlamentaristas, o partido tem uma função já que, na verdade, é ele o responsável pela eleição do Legislativo, e como o Executivo sai do Legislativo, a importância dos partidos, a consistência dos seus dogmas, de seus princípios, ela é muito forte, muito presente. Na verdade, nos países presidencialistas, a função dos partidos políticos é proporcionar candidatos para as eleições. E acoplado a isto, o fato do Brasil ser tão grande e tão diversificado, é absolutamente impossível se ter um grande partido, um

partido de massa, que tenha a mesma posição do Amazonas ao Rio Grande do Sul. A lógica da política estadual, num país muito grande, ela é muito poderosa, ela é muito forte. Talvez seja um dos poucos momentos em que a federação realmente funcione, é na lógica e na força da lógica da política estadual. Vocês percebem que em todo processo de campanha eleitoral, por exemplo, como é difícil compor uma coligação para a Presidência da República, porque o partido tal do estado tal não pode, porque é inimigo do outro. Quando você desce para o nível municipal então, sai morte, não é. O sujeito da situação não vai ao barbeiro da opoisição, porque pode ser degolado. Quer dizer, a luta partidária e a consistência da fidelidade de um cidadão a um partido é tanto maior quanto você desce mais para o nível municipal. Agora, a existência de um partido de centro, isso é uma velha briga minha com o Fábio Wanderley, porque isto é uma tese de um italiano, chamado Giovanni Sartori, em que ele diz que quando o centro está ocupado, os extremos mandam. Eu quando defendi a minha tese, defendi exatamente o contrário. Eu dizia, ao contrário do Sartori, eu defendi a seguinte posição: quando você tem o centro ocupado por um partido sólido, este centro atrai os extremos para um compromisso de estabilidade com o regime. Se você olha a trajetória do velho PSD, de 45 a 64, era o partido majoritário, solidamente instalado no centro, e ele atraia os extremos para o compromisso de estabilidade com o regime. O processo de radicalização, que começa a partir do final da década de 50, atinge em cheio o partido de centro. O PSD fica ligeiramente à direita, o centro fica vazio e os extremos começam a dar o tom. A minha crítica em relação ao Sartori é que ele estava muito preocupado com aquele problema de número de partidos, quantos partidos tem etc., e ele não parou para perceber as peculiaridades de determinados sistemas. Hoje, o que você observa no sistema político

brasileiro é que ele é complicado de analisar porque os personagens não estão fazendo os seus papéis. O PMDB odeia se considerar um partido de centro, e é o que ele é. Ele adora ser considerado de esquerda. No Brasil, ser conservador é xingo, não é. Só tem dois: Roberto Campos e o Delfim. Quando o Coronel Passarinho se declara um homem de esquerda, fica difícil, quer dizer, as pessoas não cumprem o seu papel. Em todo sistema político equilibrado, você tem elementos seríssimos, importantíssimos e de muito boa qualidade na direita, no centro e na esquerda. No Brasil, quando a ditadura acabou, caiu todo mundo para a esquerda, então o prato da balança está assim. Se você não tem um partido que é o partido de centro, mas que tem horror de ocupar este lugar, você não consegue compor o espectro, porque você não sabe quem está à direita de quem, quem está à esquerda de quem. Então fica muito difícil. Uma das razões pelas quais hoje você tem um pouco essa geléia, você não sabe com quem você conta, é exatamente por isso, é por que os partidos não estão cumprindo a sua função de ocupar os seus lugares no espectro político-ideológico. Hoje, se você quiser pegar um quadro negro e começar: bom, quem está no centro? Não sei. Espera aí. Bom, o PMDB está aqui, o PSDB está um pouquinho no centro, à esquerda, mas o outro, está onde? Você considerar o PC do B um partido de esquerda é a mesma coisa de você achar que o Brejeniev fosse de esquerda. Não dá. Considerar o PC do B um partido de esquerda é uma contradição em termos. Então, na verdade, fica difícil, porque você não sabem onde colocar os partidos. Eu sustento até hoje a tese de que a estabilidade é muito em funcão do centro ocupado por um sólido partido, que atrai os extremos para um compromisso com a estabilidade do regime.

⇒ **Ivo** - Bom, eu não quero fazer uma pergunta. Eu quero fazer uma colocação aqui, discordando da Lúcia Hipólito quando ela falou que a oposição não propõe nada. Eu discordo completamente disso. Eu acho que talvez a oposição não proponha tudo o que tem que propor, talvez não proponha suficientemente, profundamente, mas acho que a oposição hoje, no Brasil, pelo menos tem propostas sobre a área econômica, as políticas sociais etc. No entanto, o que ocorre é que a esquerda perdeu cada vez mais o direito, e especialmente depois do governo Itamar e do governo Fernando Henrique, de se colocar nos meios de comunicação, o direito de colocar a sua posição e as suas posições, as suas divergências no meio do debate. A gente vê muito bem isso na discussão das reformas econômicas. O caso do petróleo, para mim, é exemplar, tanto no Congresso, como na sociedade: no Congresso, o senhor Goldman, mostrando a sua cultura stalinista, que ele aprendeu no PCB, não só botou muito mais elementos pró-privatização ou pró-quebra do monopólio para debater na comissão, como a única pessoa que ele permitiu falar, ele decidiu escolher, foi Aureliano Chaves, não permitiu aos partidos de oposição decidirem quem eles queriam colocar na discussão da quebra do monopólio; o outro exemplo foi na televisão, quando a Federação dos Petroleiros tentou fazer uma propaganda comercial em defesa do monopólio do petróleo, em que as televisões não permitiram que se fizesse propaganda: - ou disseram que não faziam ou botaram o preço cinco vezes acima do valor normal de mercado, para impedir esse tipo de propaganda. E nós temos milhares de outros exemplos disso. Acho que hoje, o problema que a democracia brasileira vive é que não só não permitido o debate, como o governo faz um discurso de que se você é oposição, você está contra o país e contra o povo; se eu vou dizer que eu sou contra um projeto do Marcelo Alencar, eu não estou elaborando o debate, não estou elaborando a

democracia, eu estou sendo contra o Estado do Rio de Janeiro. É esse, infelizmente, o debate político que você tem no Brasil: quando você tenta propor alguma coisa, não se permite a proposta, ou então, quando você vai debater as próprias fases que você tem, o que a imprensa faz é priorizar no seu discurso os males e não coloca o outro lado. Eu vi isso muito bem na UFRJ, quando a gente tentou debater os males da UFRJ e veio a *Veja* e colocou tudo aquilo que nós havíamos criticado nas manchetes, divulgou aquilo, mas não divulgou o outro lado das questões, não divulgou as propostas alternativas, só tentando malhar a Universidade.

⇒ **Platéia** - Eu queria fazer uma pergunta para a Lúcia. Na colocação que você fez sobre as coligações, você entende que esse limite mínimo não deve vigorar, e sim a proibição das coligações, que a proibição das coligações é instrumento necessário e suficiente para você deter essa geléia partidária que a gente está vendo aí. Eu queria fazer uma colocação. Se a gente pegar essa questão do nacional e trouxer para o regional, a gente vai ver uma outra coisa, e aí eu peço a sua intervenção: a Assembléia Legislativa do Rio de janeiro hoje tem 70 deputados, dos quais 21 são de partidos pequenos que chegaram lá coligados ou não. E a gente sabe que a questão da representação no Brasil, ela passa por dois fatores: o primeiro é o profissional que se especializa em ganhar eleição, esse é um profissional; o outro é aquele que vai representar, vai debater, vai fazer proposta. Então, desses 21 eleitos por pequenos partidos coligados ou não, mais da metade sabem que não vão voltar, não vão retornar ao Parlamento, porque aquele fenômeno de se juntar num pequeno partido 100 candidatos, cada um com mil votos e alcançar o coeficiente, ele só se dá uma vez, porque o cara tem que adivinhar em qual é o partido que isso vai dar certo. Então, o que eu queria colocar para você é o

seguinte: a proibição para a coligação é importante, mas você não acha que o limite, se considerarmos que os partidos pequenos, ao nível regional, podem chegar ao parlamento sem a coligação, que isso facilita a troca do mandato? Porque o que a gente está conversando é sobre a qualidade do nosso representante, não é, então, quando ele chega lá e sabe que não vai ser reeleito, porque aquela circunstância eleitoral que propiciou a eleição dele não vai se repetir, isso facilita muito a barganha. Eu queria que você fizesse essa colocação.

⇒ **Profª Lúcia Hipólito -** Deixa eu responder primeiro ao Ivo e depois a você. Ivo, eu acho que você tem muita razão quando fala que a imprensa ouve um lado só ou que se tentou fazer algum tipo de proposta etc., mas isso faz parte da briga. Você imaginar que o adversário vai ficar parado, é sinal de que você não sabe brigar. Isso é o que está fora do seu controle. Agora, o que você observou ao longo desse período foram, por exemplo, assembléias do PT em que o PT diz o seguinte: não vamos participar. O Genoíno levava pito todo santo dia porque insistia em participar. Qualquer dia iam mandar o Genoíno entrar de calças curtas no plenário do Congresso. Ou não foi? Os deputados que tentaram dizer o seguinte: - olha, vamos fazer algum tipo de proposta, vamos sentar para discutir, - quase foram linchados pelos Falcão da vida, pelo aparelho do PT. O próprio Roberto Freire se penitenciou muito disso. Ele disse: olha, a gente não souve encaminhar essas propostas. Que a maioria tem um rolo compressor, tem mesmo. Isso aí faz parte da briga. Agora, a minoria que soube fazer o seu papel de minoria, vetando a revisão constitucional de 93, - você se lembra que a minoria ali acolheu a maioria e a maioria não conseguiu fazer o seu papel de maioria -, dessa vez, ela não conseguiu. Fuad. Eu não acho que a proibição de coligações seja suficiente

não. A proibição de coligações tem que vir com a volta da fidelidade partidária e a alteração do mecanismo de distribuição das sobras. Se você proibir apenas as coligações, esse fato que você relatou vai acontecer mesmo: o sujeito reúne um conjunto excepcional de circunstâncias e elege um sujeito; ele sabe que isso não se repete, então migra para um grande partido. Mas se ele souber que migrar para um grande partido significa a perda do mandato... Quer dizer, é preciso que as coisas venham juntas. Engenharia institucional é feito uma mesa de três pernas, se você mexe numa perna e não mexe na outra, a mesa desaba. Isso aí é uma calibragem muito fina. É por isso que engenharia institucional não é para amadores, é para profissionais. Se você mexe numa ponta e não mexe na outra, o desastre fica muito pior. Não é apenas a proibição, é a proibição acoplada à volta da fidelidade partidária e a uma alteração no mecanismo de distribuição das sobras.

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Qem quer reagir à questão colocado pelo Ivo?

⇒ **Prof. Ronaldo Coutinho** - Não, até não é reagir propriamente. A gente tem a oportunidade dentro de um debate democrático. Eu começaria até por dizer ao prezado Ivo aí que o Goldman... (*Alguém completa: que o Goldman não é stalinista)* Não, está bem, mas não se aprendeu stalinismo só no PCB. E ele não existe só no PCB. Aliás, ele continua presente na vida política brasileira, em certos setores, de uma maneira mais flagrante. Uma grande questão é a gente indagar, e é uma indagação mesmo, isso aí não é uma afirmação absoluta, é uma indagação que eu faço: até que ponto o conjunto da oposição, e não apenas um segmento dela, até que ponto a oposição enquanto um conjunto de forças diferenciadas foi capaz de apresentar

propostas para a sociedade, ou ela apenas permanece apresentando propostas para ela mesma? Essa é uma questão, por exemplo, em relação à universidade. Historicamente, eu sempre defendi e defendo a universidade pública gratuita, de qualidade, acho que ela é fundamental, ela é que produz a pesquisa nesse país etc., mas ela não é nenhuma organização exemplar; e ela, até hoje, não foi capaz de enfrentar o seu maior desafio que é a própria avaliação. E, a partir daí, ela se torna objeto de uma série de críticas e pode acabar padecendo de avaliações feitas por critérios extra-acadêmicos. Isso é uma questão que é fundamental. Se nós não tivermos a capacidade autocrítica, hoje, em termos de propostas etc. E, também, se nós não tivermos a capacidade de superar a simplificação maniqueísta de dizer que o que não é governo é oposição, o governo todo é de canalhas, a oposição é toda de homens puros, nós estamos mal... É claro que isso pode ser entendido também como o papo de um reformista.

⇒ **Dr. Pedro Celestino** - Eu queria fazer uma observação sobre essa questão do massacre da média. Nós nunca tivermos a mídia no Brasil, desde que o mundo é mundo. A mídia sempre foi controlada de fora. Não é nem uma mídia brasileira, vamos dizer assim. Por que é que nós fomos capazes de barrar a revisão constitucional e não fomos capazes de barrar a reforma, por três quinto? A revisão era maioria absoluta, era mais fácil. Por que? Quando foi proposta a revisão, a inflação era galopante, o governo tinha zero de prestígio popular; era ano de eleição; teve o escândalo do Orçamento, o Congresso não tinha condição de votar nada, porque boa parte dos líderes da chamada revisão estava envolvida com a defesa do seu próprio mandato. Então foi uma circunstância favorável. Esse governo se elegeu em cima da estabilidade de preços, isso é que é a verdade. Não é por propostas, por

social democracia. É estabilidade. Se fosse a porta, ganhava a eleição. Tinha um homem competente, um intelectual orgânico, um quadro, dos melhores da política brasileira, mais fácil ainda ganhar a eleição. Quando houve a crise do México, eu disse: estamos salvos, porque vão dar uma freada de arrumação, aí os caras vão pensar, pelo menos, que não é assim, que não pode abrir do jeito que estão querendo. Engano meu. A crise do México acelerou o processo: eles correm contra o tempo, porque sabem eles, melhor do que nós, que esse processo tem perna curta, que essa estabilidade que está aí é falsa: os dois por cento de inflação são os dois por cento históricos da economia brasileira absolutamente indexada nos últimos 30 anos. Eles têm que correr contra o tempo. Fizeram o rolo compressor, impediram o debate, atropelaram o regimento, ganharam a eleição para a presidência da Câmara, colocaram um sujeito muito competente na presidência da Câmara, esse Luis Eduardo Magalhães é um dos melhores quadros dos conservadores brasileiros, é a melhor cabeça dessa nova geração, porque é um sujeito que sabe mandar e sabe negociar, dirige a Câmara, e como é um plenário de incompetentes, fica muito difícil de se fazer resistência, qualquer tipo de resistência. Não foi falta de proposta não, proposta tinha. O Clube de Engenharia, entidade da qual participo, sou membro do Conselho Diretor, tem proposta para tudo. Debatemos, passamos seis meses debatendo, mandamos para todos os parlamentares; houve uma grande mobilização das chamadas entidades formadoras de opinião: a AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), os engenheiros da Embratel. Não foi por falta de informação que os senhores deputados deixaram de votar a favor da reforma. É porque quando a direita perdeu a revisão, é essa a questão fundamental e é o fundo da questão, quando Omar Carneiro da Cunha, que era presidente da Shell que bancou a revisão constitucional, arrecadou 300

milhões de dólares, dizendo que com 300 milhões de dólares ele teria a maioria e faria a revisão constitucional, e perdeu a presidência da Shell. O Omar Carneiro da Cunha caiu quando a revisão foi enterrada. Mas aí tinha eleição. E eles bancaram a bancada. Essa eleição foi uma eleição bancada. Têm um parlamento dócil. E esse Parlamento só vai mudar em função da realidade. Se mudar a realidade, se a estabilização fracassar, se o país entrar em parafuso, aí, como bem diz a professora Lúcia Hipólito, por pior que seja o Parlamento, o clamor da rua passa a funcionar. O Collor tinha uma maioria estável, sólida, o diabo a quatro, essa maioria foi para o ralo no momento em que a opinião pública se voltou contra ele. E esses mesmos que lhe davam a maioria, chegaram a ter a terceira bancada do Parlamento, elegeram um. O PRN, que chegou a ter a terceira bancada, era o PSDB daquele tempo; na eleição de 94, elegeu um parlamentar, no Brasil inteiro, que já saiu.

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Passo a palavra à Professora Fátima, seguida do Flávio e o Antonio Ivo.

⇒ **Profª Fátima** - Em recente seminário sobre reforma do Estado, aqui na Fundação, foi bastante enfatizado que o Poder Judiciário é um dos grandes obstáculos, se não o maior obstáculo à reforma do Estado. Eu gostaria que vocês comentassem isso.

⇒ **Flávio** - Considerando desde a época da Constituição de 88, em que foram criados dispositivos que favoreceram, aumentaram bastante o poder e a capacidade do Executivo de legislar através de medidas provisórias, até que ponto a gente pode considerar que vive um mito de democracia; até que

ponto a gente pode considerar que o Estado não está aprisionado dentro de um sistema autoritário, que não lhe permitiria reformar o Estado que tivesse bases sociais; até que ponto a gente só poderia considerar que uma efetiva reforma do Estado deveria antes, como a professora Lúcia colocou, passar por uma reforma do sistema eleitoral partidário? Gostaria que a mesa colocasse alguma coisa sobre essas questões.

⇒ **Antonio Ivo** - Acho que até o Pedro já tocou um pouco no assunto, mas o Chico de Oliveira, num artigo recente, tem a tese de que o maior fator de ingovernabilidade no país é a política conservadora do Fernando Henrique, e aí ele diz que o Fernando Henrique foi eleito, não para atender uma aspiração de mudança social, mas por estar promovendo naquele momento a estabilidade, que é outra aspiração fundamental da sociedade. E ele diz que, pelo andar da carruagem, por essa política conservadora, ele nem vai conseguir manter a estabilidade e muito menos fazer a mudança social. Considerando o que foi dito até agora e no campo dessa reforma da Constituição, onde estariam os pontos que poderiam significar brechas nesse processo, de quebrar um pouco esse círculo vicioso? Do ponto de vista de um projeto oposicionista, onde poderia estar o centro, digamos assim, estratégico de um processo de mudança? Será que na reforma do sistema partidário; será que na reforma do Estado? Onde é que um governo, ainda que conservador, poderia, diante de uma expectativa de certo esgarçamento, abrir à possibilidade de uma mudança realmente mais estratégica?

⇒ **Profª Lúcia Hipólito** - Flávio, essa questão da perda de iniciativa do Legislativo, teoricamente, porque o Executivo tem governado com medidas provisórias, ela é uma falsa questão. O executivo brasileiro tem uma

participação legislativa que não se encontra em lugar nenhum do mundo. Eu eu não estou falando de medida provisória. Antes da Constituição de 88, que consagrou a medida provisória, 70% da produção do Legislativo brasileiro era de projetos emanados do Executivo, a título de mensagem presidencial. Isto, do ponto de vista estrito de Montesquieu, não é, da harmonia e separação dos poderes etc., é uma geléia, quer dizer, o Executivo brasileiro adora legislar e o Legislativo brasileiro adora executar. Se você pega, por exemplo, a matriz do presidencialismo, que são os Estados Unidos, o presidente americano não tem iniciativa de projeto de lei. Quando o Executivo americano tem interesse num projeto, este projeto é apresentado por um deputado ou por um senador do partido do presidente. Outra coisa: o presidente americano não tem poder de veto parcial sobre uma lei: ou ele aprova a lei inteira, ele sanciona, ou ele veta a lei inteira. O presidente brasileiro, desde a Constituição de 1891, desde a primeira constituição republicana, não só ele tem iniciativa de projeto de lei, como há determinadas leis, e é cada vez maior esse número, que são de iniciativa exclusiva da Presidência da República, tem direito a veto parcial nas leis. Uma das razões pelas quais a crise do governo Jânio Quadros instalou-se de forma tão dramática dentro do Congresso foi porque o presidente mandou três projetos para o Congresso, nos seus sete meses de governo. Então, o Legislativo brasileiro não sabia o que fazer; ficou, evidentemente, fazendo projeto de lei do dia da mãe, da secretária etc... Essa perda de capacidade legislativa do Congresso brasileiro poderá ter sido ligeiramente agravada com o instrumento da medida provisória, mas ele já é muito arraigada e muito antiga. Como estou dizendo, antes da existência da medida provisória, 70% da produção legislativa brasileira já era de projetos que emanavam do Executivo. E isso por todas as circunstâncias constitucionais e

porque o hábito do cachimbo vai entortando a boca para sempre. Não sei se você tem acompanhado, agora, recentemente, com essa história de que o governo não manda a proposta da reforma tributária ou manda, reuniu-se na Câmara uma comissão com os melhores economistas da Câmara que estão redigindo um projeto de reforma tributária. Se isto acontecer, vai ser uma novidade e uma novidade boa, porque é uma comissão que reúne Kandir, Conceição, Delfim, Dornelles, Roberto Campos, que é a elite dos economistas da Câmara, seja de que partido forem. Se isto acontecer, vai ser uma novidade, uma novidade muito boa. Finalmente, o caso do Poder Judiciário. O Poder Judiciário na estrutura dos três poderes é o único que não tem nenhum tipo de controle. O controle sobre o Poder Legislativo é o voto, é o voto que não renova o mandato do sujeito; quem controla o Poder Executivo é o Legislativo; e quem controla o Judiciário? O Judiciário, ele também perdeu o seu papel de um poder independente, harmônico e igual aos outros, para se colocar num papel de poder acima dos outros. Além do que o Judiciário, como ele é o último recurso para dirimir as questões, ele acaba eternamente legislando em causa própria. E referindo um pouco ao que o Ivo disse a respeito de que se você faz uma crítica, a crítica é na verdade coletizada e incorporada a tudo, então, se você fala mal de alguma universidade, é porque você está contra a universidade brasileira, criou-se um mito nesse país de que não se pode reclamar de uma decisão do Supremo. Se é assim, eu quero as próximas nomeações de ministros do Supremo assinadas por Deus. Se você não pode reclamar de uma decisão do Supremo, achar que uma decisão foi equivocada, eu quero que Deus nomeie os ministros do Supremo. O caso do Poder Judiciário é um caso complicado, porque são caixas pretas... Por exemplo, você sabe que se você faz uma crítica um juiz, você é julgado por um tribunal especial? Um jornalista que

escrever alguma coisa a respeito de um juiz, ele é julgado por tribunal especial. Só os juízes podem julgar determinados advogados e tal. Então, na verdade, você encastelou ali uma... e como é a gente que faz a lei, ficou muito complicado. Voltando mais uma vez ao sistema presidencialista americano, os americanos têm um sistema que eles chamam de *checks and balances* que é o que impede o arbítrio de um poder sobre o outro. O Executivo está eternamente fiscalizando o Legislativo, que fiscaliza o Executivo, que fiscaliza o Judiciário. Você tem o caso, por exemplo, dos juízes da Suprema Corte: eles são indicados pelo presidente, mas são eleitos pelo Senado; você tem o caso do secretário de Estado americano, que faz as funções de minsitro das Relações Exteriores e meio de chefe da Casa Civil, que ele é indicado pelo presidente americano, mas ele é aprovado pelo Senado e ele é responsável perante os dois, porque o secretário de Justiça e o secretário do Tesouro também são indicados pelo presidente americano e aprovados pelo Senado, mas são responsáveis só perante a comissão do Senado que o sabatinou e é responsável perante o presidente. Então, esse sistema de que um poder está permanentemente vigiando o outro, para impedir a tirania de um poder sobre o outro, é fundamental. E isso nós não temos aqui. Quando você percebe, por exemplo, nessas discussões sobre reforma administrativa, o Bresser, por exemplo, está entrando numa aárea pantanosa, quando ele quer que o Executivo fixe o salário dos deputados, ora, isto interfere na autonomia dos poderes. O Executivo não pode fixar salário dos deputados. Agora, ninguém me convence que a independência dos poderes está em perigo quando o Executivo fixa o salário do ascensorista do Senado, se é o Executivo que paga. É levar a harmonia e a independência dos poderes um pouco longe demais. Que os juízes do Poder Judiciário fixem os seus próprios salários, por exemplo, e que os deputados e senados

fixem os seus próprios salários, eu acho corretíssimo, para você evitar um pouco a submissão ao Executivo, mas eu não vejo nenhuma razão para um ascensorista do Senado ganhar como um tenente-coronel, eu não vejo nenhuma razão para um motorista do Poder Judiciário ganhar quase como um general. Por que? Porque o Executivo, que é quem paga o salário dessa gente, não tem ingerência sobre esse tipo de salário. E se vier a ter, eu não acredito que a independência dos poderes esteja ameaçada.

⇒ **Prof. Ronaldo Coutinho** - Aliás, só para complementar, nos últimos 20 anos, os casos mais patentes e escandalosos de prevaricação pública, de nepotismo, estão no Judiciário, em seus vários níveis. Haja visto essa suntuosa obra faraônica do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, inaugurada recentemente. Isso aí é um problema sério. Se a gente pensar em quantos e quantos advogados se formam por ano, se a gente pensar, por exemplo, que nesse Congresso incompetente, seja lá o que for, há uma prevalência de bacharéis de Direito, se a gente pensar bem, é mesmo. Mesmo que o cara seja empresário, mesmo que o cara seja fazendeiro, é bacharel em Direito. Bom, até o PC Farias agora virou instrutor de estagiários de Direito. Eles vão aprender a fazer tudo. Fantástico. Porque nós temos isso, isso está arraigado também na nossa cultura, a mitificação do Direito. A norma. Nós estamos discutindo aqui as reformas achando que essas normas, se aprovadas, vão mudar tudo. Norma não muda a relação social concreta. Ela pode organizar, controlar, etc., mas não é ela que vai transformar esse trocó. Então, nós mitificamos também essa figura do juiz, a figura do Judiciário, e eles assumem isso, autoritariamente. Que democracia a gente tem aqui? Não mesmo não. Nós podemos falar livremente, desfraudar bandeiras, concorrer a eleições e xingar. Agora, democracia, aquele cidadão, não. O brasileiro,

grosso modo, ele é contribuinte e consumidor, mas ele não é tratado como cidadão não. Eu acho que por aí passa um pouco essa resposta, já no tardar da hora aí.

⇒ **Dr. Pedro Celestino -** Rapidinho. Eu acho que isso aí já era tema para outra discussão tão ampla como essa que nós fizemos. Eu acho que a Carta de 88 retirou poderes do Executivo, pela primeira vez na nossa história. O que acontece é que o Congresso não se tem mostrado capaz de exercê-lo. O Poder Executivo no Brasil sempre foi imperial e perdeu essa característica imperial com a Carta de 88. Se deu muito mais poder ao Congresso do que em qualquer Constituição anterior. É verdade que a crise financeira do Estado marginaliza o Parlamento, porque a função mais nobre do Parlamento é votar o orçamento. Se não conseguem votar o orçamento, para que Parlamento? É uma coisa complicada essa. Em relação ao Judiciário, eu acho que também a Carta de 88 avançou, embora tenha sido a área em que menos avançou. Eu vou lembrar a vocês duas coisas: primeiro, a criação de uma procuradoria independente do Executivo - isso foi de fundamental importância para a criação de uma cidadania, a criação de um setor do Judiciário que olhe para o cidadão, que olha para a sociedade. E nós tivemos o exemplo vivo disso no episório do Collor, três, quatro anos depois da promulgação da Constituição -; e pela primeira vez, uma Constituição brasileira, a Carta de 88, deu autonomia financeira ao Judiciário. Até então, o Judiciário brasileiro era absolutamente dependente do Poder Executivo. Criaram-se condições institucionais para que o Poder Judiciário brasileiro passe a ser um poder independente. O que não significa que os atuais magistrados, particularmente os da cúpula, sejam livres da influência que os levou ao poder. Nós temos uma cúpula do Judiciário ainda comprometida

com o passado. Mas reparem quantas e quantas sentenças independentes nós temos tido de juízes de primeira e de segunda instância. Porque são juízes não mais escolhidos pelo arbítrio do Executivo ou por conluio com o Parlamento ou as assembléias, e sim juízes escolhidos através de concurso público. Eu acho que a qualidade da magistratura brasileira teve uma condição institucional de melhoria muito grande a partir da Carta de 88. São duas observações que eu acho pertinentes.

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Bom, a questão do Antonio Ivo sobre onde estão os pontos estratégicos, acho que é para o Sistema Político Brasileiro II *(Ri)* e, com isso nós terminamos. Agradeço imensamente aos palestrantes que trouxeram idéias brilhantes para essa mesa. Acho que devemos terminar com uma salva de palmas a todos nós que agüentamos esse curso até o final. *(Aplausos)*

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
BIBLIOTECA
ESTE VOLUME DEVE SER DEVOLVIDO À BIBLIOTECA
NA ÚLTIMA DATA MARCADA

| | | | |
|---|---|---|---|
| 08 SET 1998 | | | |
| 13 OUT 1998 | | | |
| 09 NOV 1998 | | | |
| 18 AGO. 2018 | | | |

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS BIBLIOTECA

N.Cham. P/EBAP CE 80
Título: Mesa-Redonda sobre reforma do estado.

077406
44486

FGV - BMHS

Nº Pat.:1665/96

000077406